



**Governo do
Estado da Bahia**

Secretaria de Desenvolvimento
Urbano

CONTRATO N° 39/2009

ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS E ESGOTAMENTO SANITÁRIO – PEMAPES



SEGUNDO BLOCO

**TOMO X - ESTUDO DE ÁREAS CRÍTICAS QUANTO A RISCO DE ENCHENTES
E PROPOSIÇÃO DE SOLUÇÕES - CIDADES COM MAIS DE 30.000 HABITANTES**

VOLUME 10 - RDS 18 - AGRESTE DE ALAGOINHAS E LITORAL NORTE

PARTE B

CATU

GEOHIDRO

MARÇO/2011

PLANO ESTADUAL DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS E ESGOTAMENTO SANITÁRIO – PEMAPES

TOMO X – ESTUDO DE ÁREAS CRÍTICAS QUANTO A RISCO DE ENCHENTES E PROPOSIÇÃO DE
SOLUÇÕES - CIDADES COM MAIS DE 30 MIL HABITANTES

VOLUME 10 – RDS 18 – AGRESTE DE ALAGOINHAS / LITORAL NORTE

CIDADE DE CATU

Parte B

1	APRESENTAÇÃO	1
2	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	3
2.1	BASES CONCEITUAIS DAS INTERVENÇÕES PROPOSTAS	3
2.2	ASPECTOS GERAIS PARA A CONSTRUÇÃO DAS SOLUÇÕES PROPOSTAS	4
3	QUADRO GERAL DO MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS EM CATU	5
4	CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES ATUAIS DA DRENAGEM PLUVIAL DA CIDADE	8
5	ESTUDOS HIDROLÓGICOS PARA DETERMINAÇÃO DE VAZÃO	9
6	SOLUÇÕES PROPOSTAS	12
6.1	INTERVENÇÕES ESTRUTURAIS DE MACRODRENAGEM	12
6.2	PREVISÃO DE INVESTIMENTOS	15
7	AÇÕES PROPOSITIVAS	17
7.1	ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR DE SANEAMENTO BÁSICO	17
7.2	CRIAÇÃO DE BACIAS DE AMORTECIMENTOS DE ENCHENTES	17
7.3	MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE MACRO E MICRO DRENAGEM EXISTENTE	18
7.4	ADOÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA A INFILTRAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE ÁGUAS DE CHUVA.....	18
7.5	DESOCUPAÇÃO DAS ÁREAS MARGINAIS AOS CURSOS D'ÁGUA E CANAIS DE DRENAGEM	19
8	ANEXOS.....	20
8.1	PLANILHA RESUMO DOS QUANTITATIVOS E ORÇAMENTO DAS OBRAS	
8.2	ÁGUAS PLUVIAIS - INFORMAÇÕES GERAIS DA SEDE MUNICIPAL DE CATU	
8.3	PEÇAS GRÁFICAS	

1 APRESENTAÇÃO

Diante da necessidade de definição de estratégias para a gestão das águas urbanas, no que respeita ao enfrentamento dos problemas sanitários e ambientais decorrentes do adensamento populacional e da expansão descontrolada experimentadas nas sedes dos municípios do Estado da Bahia, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR contratou a GEOHIDRO (Contrato nº 039/2009) para a elaboração do Plano Estadual de Manejo de Águas Pluviais e Esgotamento Sanitário – PEMAPES.

O PEMAPES visa construir um suporte técnico à SEDUR para oferecer um panorama geral da situação atual dos serviços de esgotamento sanitário e de manejo das águas pluviais, e da percepção da sociedade relativa a esses serviços, nas sedes dos municípios e de determinados distritos baianos. Preconiza a proposição de intervenções, estruturais e não estruturais, que ensejem a melhoria dos serviços prestados a partir da consecução de um Plano de Ações em sintonia com as diretrizes nacionais e estaduais definidas para o Saneamento Básico.

A área de atuação do PEMAPES compreende as sedes de 404 municípios, estrategicamente distribuídos em 25 unidades de planejamento, cada uma correspondendo a uma Região de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Abrange ainda as sedes distritais operadas pela Embasa e as nucleações populacionais identificadas como “área urbana isolada”. Essa etapa dos trabalhos não contempla a Região Metropolitana de Salvador – RDSMS, uma vez que esta será objeto de análise situacional específica, enfocando os aspectos similares que considera as intervenções em andamento do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

O presente documento apresenta o Estudo de Áreas Críticas quanto a risco de enchentes e proposição de soluções, elaborado para cidades com mais de 30.000 habitantes, de acordo com o Relatório de Planejamento dos Trabalhos (TOMO I / VOLUME I). As visitas de campo efetuadas durante a etapa de *Levantamentos e Diagnósticos* possibilitaram a identificação de áreas urbanas que apresentam situações críticas de drenagem, com alagamentos e outros transtornos típicos observados nos períodos de chuvas intensas. É buscando o equacionamento desses impactos que estão sendo propostas soluções envolvendo a definição das tipologias dos equipamentos de manejo das águas pluviais e os setores da área urbana onde deverão ser implantados.

Por premissa metodológica, o levantamento de informações para o estudo das áreas críticas e infraestruturas implantadas foi elaborado a partir de visita de equipe multidisciplinar às áreas urbanas objeto do estudo, bem como da análise de documentos e estudos técnicos disponíveis. A estratégia adotada para o levantamento das informações considera, além das atividades de coleta de dados e de percepção das situações estruturais *in loco*, a abordagem a gestores públicos municipais e lideranças sociais como forma de se perceber a visão pela qual a sociedade lida com as questões associadas às águas urbanas no âmbito dos municípios.

Cabe ressaltar que, tratando-se de um estudo integrante de um plano estadual, a uniformidade e precisão das informações são afetadas pelas diferentes fontes de obtenção disponíveis e utilizadas e também pela própria escala de detalhamento característica. Maior refinamento, estudos e projetos complementares deverão ser escopo do Plano, objeto de futuras contratações.

Este Volume 10 – Parte B do TOMO X contém os Estudos de Áreas Críticas para a cidade de Catu, integrante da Região de Desenvolvimento Sustentável do Agreste de Alagoinhas / Litoral Norte – RDS 18.

No capítulo 2 são feitas considerações gerais sobre o PEMAPES, as bases sobre as quais se apóia e monta suas proposições.

No capítulo 3 é apresentada a caracterização do manejo das águas pluviais na cidade de Catu de acordo com os levantamentos efetuados em campo. São apresentados indicadores relacionados com este tema, indicadores estes que apontam o grau de fragilidade esperado para fatores relevantes selecionados para caracterizar o tema das águas pluviais nos municípios e regiões de estudo.

No capítulo 4 são apontadas as condições atuais da cidade no que concerne à questão da drenagem pluvial, definidas em função, principalmente, das inspeções de campo efetuadas.

No capítulo 5 são apresentados os estudos hidrológicos elaborados com o intuito de estimar, numa primeira instância, as vazões afluentes aos canais propostos no capítulo seguinte.

O capítulo 6 aponta as soluções propostas para as questões adversas configuradas no quarto capítulo. Neste capítulo são indicadas as informações que caracterizam os trechos dos canais propostos e a previsão dos investimentos em macrodrenagem.

O capítulo 7 traz uma referência às ações propositivas recomendadas por este plano. Estas ações correspondem a etapas posteriores ao PEMAPES que devem ser desenvolvidas em etapas seguintes objetivando a implementação deste plano e de suas ações propostas.

Entre os Anexos são apresentados os dados levantados para a cidade de Catu e apresentadas no volume deste plano referente à RDS 10, que contém, entre os municípios que a compõe, a sede municipal abordada neste documento. Também desenhos e outros complementos necessários são aí apresentados.

2 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Dentro do âmbito do PEMAPES, para todas as sedes municipais foram realizados levantamentos com finalidade de proporcionar uma avaliação global do manejo das águas pluviais considerando os seguintes componentes: capacidade de produzir escoamento a partir das águas de chuva, o sistema de drenagem existente, o potencial de aplicação de técnicas sustentáveis de manejo de águas pluviais e os aspectos institucionais e normativos relativos aos serviços de drenagem urbana. Esse diagnóstico permite a identificação de áreas críticas de drenagem, com alagamentos e outros problemas que impactam sobre rotina urbana associados aos eventos de precipitações de maior intensidade, proporcionando uma avaliação global do manejo das águas pluviais em cada uma das sedes municipais, ao tempo que permite a comparação e integração com as demais sedes das respectivas Regiões de Desenvolvimento Sustentável, base territorial das análises mais globais do PEMAPES.

Além desse diagnóstico geral, atendendo ao escopo técnico dos Termos de Referência para elaboração do Plano Estadual de Manejo de Águas Pluviais e Esgotamento Sanitário – PEMAPES, foi realizado um estudo de áreas críticas quanto a riscos de enchentes e a proposição de soluções para o enfrentamento dos principais problemas identificados, para sedes municipais com população superior a 30.000 habitantes. Com este objetivo o PEMAPES busca apontar os passos iniciais que devem ser tomados o mais breve possível na direção de dispor da infraestrutura necessária para solução dos problemas mais críticos de manejo de águas pluviais nas cidades baianas que concentram maior contingente populacional.

O produto apresentado neste relatório traduz, num primeiro estágio, o partido conceitual das interferências recomendadas para a malha urbana com vistas ao ordenamento das questões de drenagem na cidade. Assim sendo, as indicações não tratam de soluções elaboradas no nível de projeto executivo de engenharia, mas da tipologia das estruturas ou dispositivos de manejo das águas pluviais urbanas e locais onde tais soluções deverão ser implantadas para equacionamento dos problemas.

2.1 BASES CONCEITUAIS DAS INTERVENÇÕES PROPOSTAS

A abordagem dos problemas e práticas para o manejo das águas pluviais a serem recomendadas pelo PEMAPES busca alinhamento aos princípios contidos na Lei Federal nº 11.443/07 e na Lei Estadual nº 11.172/08, que estabelecem as bases das políticas nacional e estadual para a área do saneamento básico, no qual está incluído o segmento de drenagem das áreas urbanas.

A expressão *manejo das águas pluviais* representa um avanço conceitual no que se refere aos modelos tradicionais de intervenções voltadas ao enfrentamento dos problemas urbanos de convivência, principalmente, com chuvas de alta intensidade.

Não se trata do abandono do uso das soluções convencionais associadas aos sistemas de macrodrenagem e de microdrenagem, mas agregar à concepção das soluções de convivência com as chuvas, principalmente aquelas de alta intensidade, medidas que possam compensar de alguma forma os efeitos decorrentes do processo de urbanização.

Neste sentido, a impermeabilização dos terrenos e a maior rapidez de concentração das águas pluviais nas áreas baixas não devem mais ser enfrentadas exclusivamente com o aumento das seções de canais e a elevação da densidade da malha de galerias e caixas coletoras. Devem ser agregadas às soluções

tradicionais alternativas de intervenção que possam retardar o fluxo de água na bacia e a infiltração das águas pluviais em áreas especialmente destinadas para este fim, situadas em locais estratégicos.

Cidades que incorporem estas práticas em seus serviços de saneamento estarão contribuindo para uma série de ganhos ambientais significativos. Entre eles podem ser enumerados a realimentação de lençóis subterrâneos, novos espaços urbanos com usos de interesse coletivo e melhoria da paisagem urbana. A diminuição das vazões geradas pelas chuvas em decorrência da diminuição do escoamento superficial direto proporciona outros ganhos como a redução dos gastos com estruturas convencionais, o aproveitamento de estruturas existentes por maior período e o menor desgaste dos equipamentos urbanos.

2.2 ASPECTOS GERAIS PARA A CONSTRUÇÃO DAS SOLUÇÕES PROPOSTAS

Para a construção das soluções propostas foram considerados os levantamentos de campo realizados pela equipe de trabalho, as informações obtidas junto às prefeituras, estudos e projetos obtidos junto a diversas entidades, dados topográficos, imagens de satélite e outros recursos disponíveis. Embora tenha se trabalhado com uma gama diversificada de fontes, nem sempre foi possível dispor-se de dados com o mesmo nível de aprofundamento em todas as cidades. Estas eventuais diferenças poderão e deverão ser ajustadas em fase posterior de planejamento da região, onde haverá maior nível de detalhamento.

O acervo construído permitiu a identificação dos problemas, o reconhecimento dos terrenos nas áreas urbanas e suas adjacências, a identificação de áreas potenciais de amortecimento e as principais rotas do fluxo das águas no perímetro urbano. A partir destes elementos foi estabelecido o arranjo geral das intervenções propostas e uma primeira estimativa do porte de cada uma delas de acordo com metodologia apresentada em documento específico que trata das Diretrizes Básicas Para Elaboração dos Estudos de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais.

Identificados os principais problemas de uma localidade no que se refere à convivência com as chuvas, a etapa seguinte de maior reflexo sobre a possibilidade de implantação de soluções é fazer uma estimativa dos custos atrelados às possíveis soluções. Num primeiro estágio, estes custos podem ser estimados a partir de indicadores globais que retratem os valores das intervenções de mesma natureza que tenham sido executadas mais recentemente no Estado.

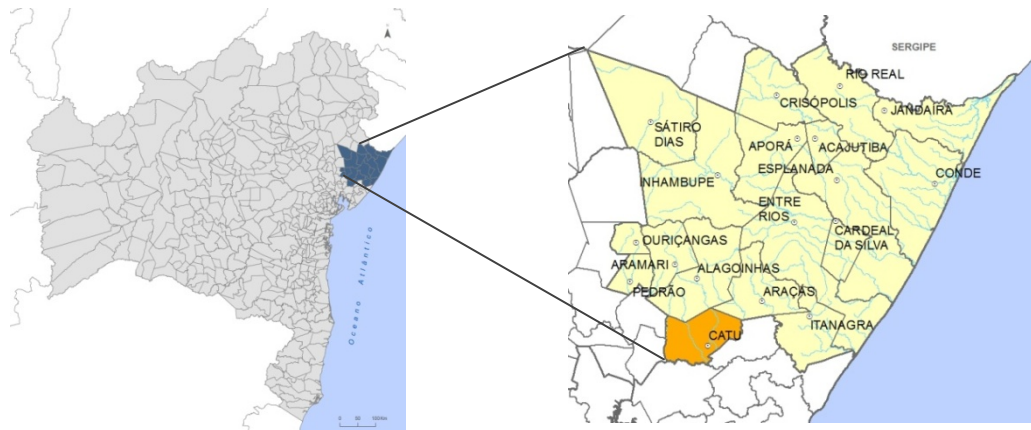
Neste estudo é proposto um traçado básico das principais estruturas de maior porte que podem ser galerias enterradas ou canais abertos. A partir deste procedimento tem-se uma idéia do porte da intervenção e com isto se estabelece seu custo a partir dos indicadores globais referidos. Posteriormente neste trabalho são apresentados elementos mais detalhados de como se chegou aos indicadores de custo das propostas de intervenção.

Não estão explícitas nos desenhos as estruturas complementares que deverão também compor a solução final, tais como caixas coletoras, poços de visita e outras. Todavia, o custo global é composto a partir de obras que comportam todos estes dispositivos e, portanto, a estimativa de custo abrange mais que o valor das estruturas apresentadas nos desenhos e quadros.

3 QUADRO GERAL DO MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS EM CATU

A cidade de Catu está inserida na Região de Desenvolvimento Sustentável do Agreste de Catu/ Litoral Norte – RDS 18, conforme mostrado na Figura 3.1. Outras informações constam no Relatório *Diagnósticos e Levantamentos – Volume 10 – Agreste de Catu / Litoral Norte*, específico para essa região, abordando aspectos mais gerais sobre o manejo de águas pluviais nesta localidade.

Figura 3.1 Localização da RDS do Agreste de Catu / Litoral Norte



Este sistema foi analisado, segundo a metodologia empregada, a partir dos segmentos: Sistema Institucional, Produção do Escoamento Superficial, Infraestrutura de Drenagem Urbana, Inundações Ribeirinhas e Impactos nas Áreas Críticas. A Infraestrutura de Drenagem Urbana foi avaliada a partir de três componentes: Microdrenagem, Macrodrenagem e Adequabilidade do Sistema Existente.

Cada um destes segmentos e, no caso particular da *Infraestrutura de Drenagem Urbana*, seus respectivos componentes foram observados a partir de fatores diversos. Cada um destes fatores foi motivo de levantamento efetuado pela equipe de trabalho com o preenchimento de formulário próprio, desenvolvido com esta finalidade.

O *Sistema Institucional* é avaliado a partir do papel desempenhado pela entidade envolvida com o serviço de drenagem, existência e aplicação de normas específicas e estudos ou planos relacionados ao setor, número de pessoas atuando na área e outros fatores. O *Potencial de Produção do Escoamento Superficial* trata das características das bacias de contribuição mais representativas. São levados em conta aspectos da ocupação urbana, capacidade de infiltração dos solos entre outros, além de incluir o bloco *Potencial de Manejo Sustentável das Águas Pluviais*. Este bloco é aferido a partir da existência de áreas para reservatórios de amortecimento, oportunidade de uso das águas pluviais para consumo que não demandam potabilidade, viabilidade para controle na fonte, principalmente.

A *Infraestrutura de Drenagem Urbana* é observada a partir do componente relativo à *Macrodrenagem* onde se leva em conta o estado de conservação das estruturas existentes, o tipo de equipamento, existência ou não de assoreamento, lixo, obstruções e outros fatores relacionados. A *Microdrenagem* considera também elementos específicos relacionados a equipamentos próprios para este tipo de serviço assim como o estado das vias públicas e sua capacidade de ordenar o fluxo das águas de chuva. Já a *Adequabilidade do Sistema Existente* avalia a eficiência do sistema, considerando a quantidade e magnitude das áreas críticas entre outros aspectos.

As *Inundações Ribeirinhas* são observadas a partir da tipologia da área onde ocorrem assim como a frequência com que se manifestam e outros elementos pertinentes, como área da bacia de contribuição. Melhor detalhamento da metodologia e de suas características pode ser encontrado nos relatórios relativos às RDS ou no capítulo específico deste tema encontrado em outros relatórios deste PEMAPES.

Os fatores relativos aos impactos são estabelecidos em função do comportamento das áreas consideradas críticas nos aspectos da drenagem. São considerados população afetada, interação com trânsito, tipologia de área inundada, prejuízos, risco de vida e muitos outros fatores associados a cada área crítica indicada.

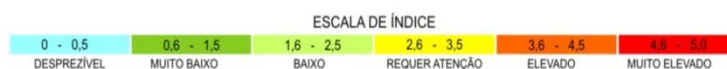
A partir das respostas relativas aos formulários foram atribuídos indicadores do potencial de fragilidade aos diversos fatores do sistema. A média ponderada dos indicadores atribuídos a um determinado resultou no índice do potencial de fragilidade que sintetiza o correspondente segmento.

A aplicação de indicadores e índices do potencial de fragilidade permitiu a comparação entre cidades de uma mesma RDS e a própria caracterização da região sobre os aspectos do manejo das águas pluviais.

De acordo com as informações levantadas junto à prefeitura local e observações de campo feitas por técnicos da equipe PEMAPES a aplicação da metodologia utilizada para a elaboração do diagnóstico das Regiões de Desenvolvimento Sustentável para a cidade de Catu apresenta os seguintes índices de potencial de fragilidade para os segmentos e componentes do sistema de manejo de águas pluviais analisados.

Quadro 3.1 – Índice Global de fragilidade da localidade

Segmento	Qualificação (nível de fragilidade)	Peso	Índice de fragilidade	Índice x Peso
Produção do escoamento nas bacias	Requer atenção	3	3,0	9,0
Intensidade das chuvas locais	Requer atenção	3	3,0	9,0
Ocupação urbana	Requer atenção	7	2,9	20,3
Manejo sustentável	Requer atenção	1	3,5	3,5
Infraestrutura de drenagem urbana	Requer atenção	5	3,4	17,0
Macrodrenagem	-	-	-	-
Microdrenagem	Requer atenção	3	2,8	8,4
Adequabilidade do sistema existente	Elevado	7	3,7	25,9
Inundações ribeirinhas	Baixo	9	1,7	15,3
Impactos nas áreas críticas	Requer atenção	7	3,1	21,7
Natureza dos problemas	Elevado	5	3,9	19,5
Possibilidade de amortecimento	Muito elevado	1	4,7	4,7
Recorrência dos problemas	Requer atenção	7	2,9	20,3
Interferência na localidade	Elevado	7	4,2	29,4
Risco de vida humana	Baixo	9	1,9	17,1
Aspectos institucionais	Requer atenção	3	3,4	10,2
Estrutura municipal	Requer atenção	5	2,7	13,5
Normas e licenciamentos	Elevado	3	4,4	13,2
Defesa civil	Elevado	1	4,0	4,0
Índice global de fragilidade da localidade	Requer atenção			2,7



Observando os índices que constam do quadro anterior podem ser considerados os seguintes elementos como caracterizadores do sistema de drenagem desta localidade.

Dentre os aspectos o que mais chama atenção de forma positiva é o referente às inundações ribeirinhas, que está classificado com potencial de fragilidade baixo. Já no que concerne à produção de escoamento nas bacias, infraestrutura de drenagem urbana, impactos nas áreas críticas e aspectos institucionais os potenciais são classificados como *requer atenção*.

Na infraestrutura de drenagem urbana percebe-se que as características gerais dos dispositivos de microdrenagem estão em boas condições. Entretanto, há registro de acúmulo de lixo e os esgotos estão presentes na estrutura de microdrenagem. Essas características, somadas à inexistência de estruturas de macrodrenagem, a ocorrência de áreas críticas e a baixa cobertura de vias pavimentadas fazem com que a infraestrutura de drenagem urbana revele problemas e requeira atenção.

O segmento com o maior potencial de fragilidade juntamente com a infraestrutura de drenagem urbana é o referente aos aspectos institucionais, já que a defesa civil é pouco atuante além da carência de certos licenciamentos e de instrumentos normativos.

Enquanto as características das áreas de ocupação urbana como média densidade e a grande facilidade para infiltração no solo favorecem a absorção das águas da chuva e diminuem o escoamento, a ausência de áreas públicas de amortecimento e o costume de não se utilizar água de chuva para consumo dificultam o uso de técnicas de manejo sustentável.

Com relação aos impactos nas áreas críticas, a ausência de áreas de amortecimento de cheia, o fato dos alagamentos ocorrerem em locais de ocupação formal e a alta ocupação dos terrenos adjacentes condicionam a classificação de *requer atenção* para este item.

Quanto às inundações ribeirinhas, embora a cidade seja cortada e margeada por cursos d'água, sua bacia de contribuição é mediana e não foi observada inundação nos últimos anos, portanto o potencial de fragilidade associado a esse segmento é baixo.

4 CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES ATUAIS DA DRENAGEM PLUVIAL DA CIDADE

Neste item estão caracterizados os principais problemas relacionados à questão da drenagem pluvial de Catu, que foram definidos em função de inspeções de campo efetuadas e de análises de imagens e de mapas cartográficos existentes. As principais condições observadas estão ilustradas nos desenhos DE.1121.00-DRE-18-2-001 a 003.

A topografia local é acidentada, com inclinações suaves a moderadas e grandes desníveis entre as partes altas do terreno e os vales que o atravessam (em alguns casos, superiores a 80 m). O território urbano está dividido em duas vertentes: a vertente leste corresponde ao Rio Catu, enquanto a vertente oeste contribui para o Rio Branco que, assim como o Rio Catu, é tributário do Rio Pojuca. O Rio Catu caracteriza-se por um traçado longilíneo em toda a extensão que atravessa a cidade.

Os assentamentos estão predominantemente localizados nas porções altas do terreno; contudo no setor central da cidade, de ocupação mais antiga, verifica-se a presença de assentamentos em talwegues e áreas baixas do terreno.

A escassez / ausência de elementos para o ordenamento do fluxo das águas pluviais, quando associada à tendência longilínea do traçado das vias e à declividade natural do terreno, facilita a formação de enxurradas em momentos de chuvas intensas, que invadem as edificações lindeiras às ruas e provocam inúmeras perdas materiais. As áreas críticas A, B e C são características desse problema.

Com relação a áreas críticas onde ocorrem problemas de erosão, como aquelas indicadas pelos códigos D a G, observa-se que a escassez de dispositivos de micro drenagem propicia condições para o escoamento desordenado das águas pluviais provenientes das áreas altas pelas encostas, o que ocasiona – entre outras questões – o desgaste do solo, a formação de veios de erosão e a deposição de sedimentos nas zonas de baixada.

Conforme apresentado nos Anexos deste documento, não foram identificados dispositivos de macro drenagem na sede municipal de Catu.

5 ESTUDOS HIDROLÓGICOS PARA DETERMINAÇÃO DE VAZÃO

A seguir, conforme a metodologia de dimensionamento adotada pelo PEMAPES – ver documento “Metodologia para elaboração dos estudos hidráulicos e hidrológicos para áreas críticas quanto ao risco de enchentes”, estão definidos os passos adotados para a estimativa das vazões afluentes às diversas bacias de drenagem estabelecidas para a cidade neste diagnóstico. Utilizando as diretrizes estabelecidas neste relatório os resultados foram obtidos considerando uma precipitação com período de retorno de 25 anos. Considerando-se as reduzidas magnitudes das bacias de contribuição para os canais, as vazões foram calculadas em função da equação do método racional, com coeficiente de escoamento superficial variável entre 0,60 e 0,70, a depender das condições locais da ocupação urbana.

No Quadro 5.1 estão apresentadas as precipitações máximas diárias na estação 01238002 da Agência Nacional de Águas. Na coluna “Precipitação ordenada” estas precipitações estão ordenadas em ordem decrescente, independentemente do ano de ocorrência.

Quadro 5.1 - Precipitações máximas diárias

ANO	PRECIPITAÇÃO MÁXIMA DIÁRIA (mm)	PRECIPITAÇÃO ORDENADA (mm)	PERÍODO DE RETORNO (TR) (anos)	PROBABILIDADE (%)
1969	80,40	151,20	17,00	5,88
1970	38,00	122,40	8,50	11,76
1971	82,40	110,00	5,67	17,65
1972	108,10	108,10	4,25	23,53
1973	73,00	90,00	3,40	29,41
1981	56,00	82,40	2,83	35,29
1982	151,20	80,40	2,43	41,18
1983	42,50	73,00	2,13	47,06
1984	55,00	70,40	1,89	52,94
1985	90,00	70,00	1,70	58,82
1986	66,50	66,50	1,55	64,71
1987	70,00	56,00	1,42	70,59
1988	122,40	55,00	1,31	76,47
1989	110,00	48,00	1,21	82,35
1990	48,00	42,50	1,13	88,24
1991	70,40	38,00	1,06	94,12
Média =	79,00		Desv. Pad. =	31,05

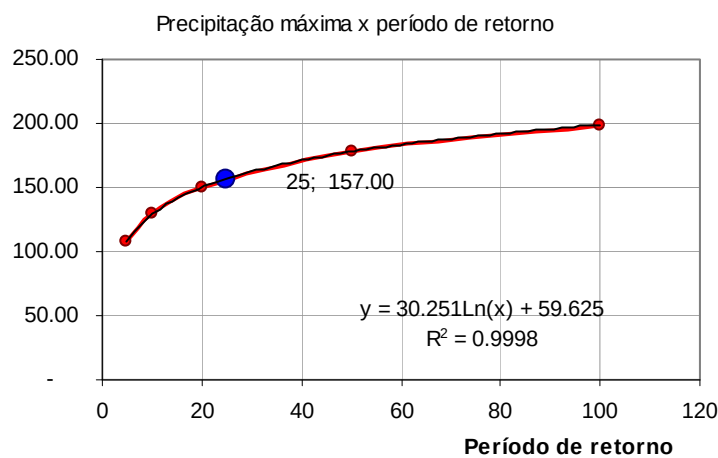
A média aritmética das precipitações é igual a 79,0 mm. O desvio padrão da amostra das precipitações é igual a 31,05 mm.

No Quadro 5.2 estão apresentadas as precipitações calculadas pelo método de Gumbel para períodos de retornos diversos. Na Figura 5.1 estão indicados os pontos com as precipitações e períodos de retorno calculados, bem como a curva definida a partir dos resultados do método de Gumbel.

Quadro 5.2 - Precipitações máximas - 1 dia

PERÍODO DE RETORNO (anos)	Y	PRECIPITAÇÃO MÁX. DIÁRIA (mm)
5	1,500	107,70
10	2,250	129,68
20	2,970	150,77
50	3,902	178,07
100	4,600	198,52

Figura 5.1 - Precipitações máximas x período de retorno



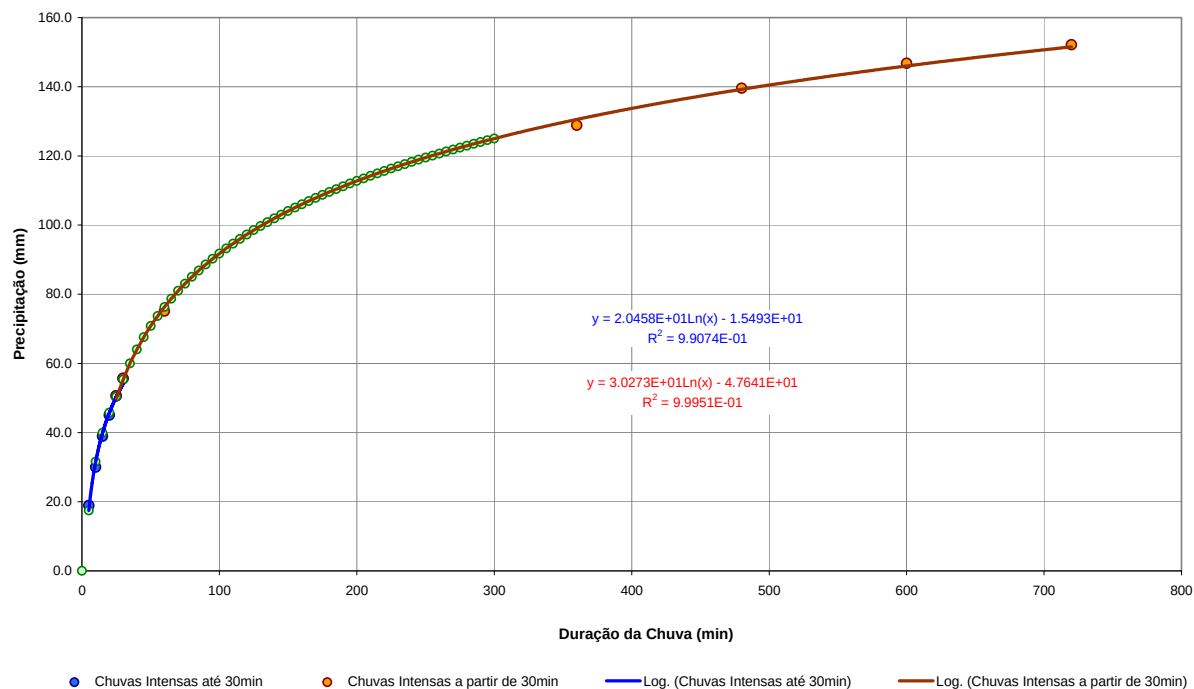
A partir destas informações, o passo seguinte nesta atividade é definir a chuva de 24 horas que, segundo a bibliografia utilizada, pode ser calculada a partir da chuva de 1 dia aplicando-se um fator igual a 1,14. Desta maneira obteve-se P24h igual a 178,98 mm.

Para calcular as precipitações das diferentes durações serão utilizadas as seguintes relações (Quadro 5.3 e Figura 5.2):

Quadro 5.3 – Relações entre alturas pluviométricas

RELAÇÃO ENTRE ALTURAS PLUVIOMÉTRICAS	COEFICIENTES	PRECIPITAÇÃO (mm)
5 min / 30 min	0,34	18,9
10 min / 30 min	0,54	30,0
15 min / 30 min	0,70	38,9
20 min / 30 min	0,81	45,1
25 min / 30 min	0,91	50,6
30 min / 1 h	0,74	55,6
1 h / 24 h	0,42	75,2
6 h / 24 h	0,72	128,9
8 h / 24 h	0,78	139,6
10 h / 24 h	0,82	146,8
12 h / 24 h	0,85	152,1

Figura 5.2 - Chuvas intensas



6 SOLUÇÕES PROPOSTAS

6.1 INTERVENÇÕES ESTRUTURAIS DE MACRODRENAGEM

Nos desenhos DE.1121.00-DRE-18-2-001 a 003 estão indicadas as propostas de construção de diversos canais adicionais aos existentes, definidos em função da interpretação do relevo da cidade, dos processos de expansão urbana e dos problemas detectados nas inspeções de campo. A experiência de técnicos da Geohidro na elaboração de estudos e projetos de drenagem pluvial, quando considerando abordagens em áreas de contribuição com características similares, indica a necessidade da construção de obras de macrodrenagem para atendimento a determinados setores da cidade sob pena da formação de enxurradas e de pontos de alagamentos que venham a afetar as edificações existentes e a prejudicar a fluidez do tráfego.

Os sistemas de macro drenagem estão compostos por canais do tipo “calha”, implantados em consonância com as linhas de talvegue e de fundo de vale, bem como por canais a meia encosta (de desvio), destinados à interceptação das águas provenientes das partes altas do terreno e à condução desse fluxo, de forma ordenada, em direção às áreas baixas. Os trechos 1.2 e 1.3 da bacia 1, 6.1 a 6.5 da bacia 6 e 12.1 a 12.3 da bacia 12 são exemplos desses canais de desvio, enquanto os trechos 1.5 da bacia 1, 3.2 da bacia 3 e 5.4 e 5.5 da bacia 5 são exemplos dos canais em talvegue ou vale.

Os dispositivos propostos estão predominantemente localizados em áreas de ocupação urbana consolidada ou em processo de consolidação. Cabe ressaltar que em estudos subseqüentes deverão ser detalhadas com maior propriedade as localizações e as dimensões ora estabelecidas.

No Quadro 6.1 estão indicadas as vazões afluentes aos canais propostos, bem como as informações preliminares a respeito das dimensões deles como canal com seção retangular. Estes canais foram dimensionados a partir da determinação das vazões afluentes aos trechos considerados utilizando a equação de Manning para regime livre de escoamento, utilizando coeficiente de rugosidade de 0,013 relacionado às estruturas de concreto armado.

Quadro 6.1 – Dimensões dos canais propostos

CANAL	TR	EXTENSÃO (m)	ÁREA (ha)	TC. (min)	C/CN ⁽¹⁾	VAZÃO (l/s)	DECLIV. (m/m)	BASE (m)	ALTURA (m)	VELOC. (m/s)
1	1	290,00	3,57	10,00	0,65	1.222,66	0,0132	0,90	0,60	3,20
	2	150,00	0,86	5,00	0,65	324,83	0,0233	0,60	0,40	2,81
	3	270,00	2,71	6,60	0,65	1.028,12	0,0149	0,90	0,60	3,20
	4	140,00	1,96	5,00	0,65	740,32	0,0187	0,80	0,50	3,20
	5	160,00	12,65	10,83	0,65	4.206,45	0,0059	1,40	1,10	3,20
2	1	210,00	4,52	10,00	0,65	1.548,02	0,0110	0,90	0,70	3,17
	2	430,00	8,79	12,26	0,65	2.779,16	0,0076	1,30	0,90	3,20
	3	300,00	4,36	10,00	0,65	1.493,22	0,0110	0,90	0,70	3,14
	4	190,00	5,94	11,01	0,65	1.962,94	0,0095	1,00	0,80	3,18
	5	240,00	19,95	13,51	0,65	6.041,73	0,0046	1,60	1,30	3,20
3	1	70,00	2,19	10,00	0,65	750,04	0,0029	0,90	0,70	1,61
	2	80,00	2,80	10,83	0,65	931,13	0,0050	0,90	0,70	2,08

Quadro 6.1 – Dimensões dos canais propostos (continuação)

CANAL	TR	EXTENSÃO (m)	ÁREA (ha)	TC. (min)	C/CN ⁽¹⁾	VAZÃO (l/s)	DECLIV. (m/m)	BASE (m)	ALTURA (m)	VELOC. (m/s)
4	1	310,00	6,44	15,00	0,65	1.856,21	0,0058	1,20	0,80	2,61
	2	150,00	1,81	5,00	0,65	683,66	0,0194	0,70	0,50	3,20
	3	110,00	5,73	5,57	0,65	2.189,01	0,0045	1,30	0,90	2,48
	4	130,00	13,84	15,83	0,65	3.884,44	0,0062	1,40	1,00	3,20
5	1	100,00	6,57	5,00	0,65	2.481,58	0,0082	1,20	0,80	3,20
	2	160,00	6,39	10,00	0,65	2.188,46	0,0091	1,00	0,80	3,20
	3	90,00	14,46	5,47	0,65	5.518,75	0,0049	1,60	1,20	3,20
	4	150,00	19,60	6,25	0,65	7.473,56	0,0040	1,80	1,45	3,19
6	1	200,00	3,55	10,00	0,65	1.215,81	0,0132	0,90	0,60	3,20
	2	210,00	5,66	11,09	0,65	1.864,69	0,0090	1,00	0,80	3,08
	3	160,00	6,23	11,96	0,65	1.990,62	0,0090	1,00	0,80	3,12
	4	100,00	4,20	15,00	0,65	1.210,57	0,0132	0,90	0,60	3,20
	5	210,00	12,30	16,00	0,65	3.433,63	0,0065	1,30	1,00	3,17
	6	310,00	13,38	17,63	0,65	3.552,92	0,0065	1,30	1,00	3,19
	7	50,00	13,71	17,89	0,65	3.612,41	0,0065	1,30	1,00	3,21
7	1	230,00	10,27	20,00	0,65	2.547,51	0,0081	1,20	0,80	3,20
8	1	250,00	6,47	20,00	0,65	1.604,91	0,0110	1,00	0,70	3,20
	2	150,00	2,55	10,00	0,65	873,33	0,0140	0,80	0,50	3,01
	3	310,00	14,08	21,61	0,65	3.344,00	0,0062	1,30	1,00	3,09
9	1	430,00	2,27	5,00	0,65	857,41	0,0140	0,80	0,50	3,00
	2	180,00	4,59	6,00	0,65	1.753,87	0,0105	1,20	0,60	3,20
	3	70,00	8,10	6,37	0,65	3.084,14	0,0070	1,30	0,90	3,18
10	1	130,00	3,10	15,00	0,65	893,52	0,0069	0,80	0,60	2,32
	2	90,00	3,88	15,65	0,65	1.095,31	0,0142	0,90	0,60	3,20
	3	130,00	0,83	5,00	0,65	313,50	0,0054	0,60	0,45	1,63
	4	130,00	5,74	16,32	0,65	1.586,17	0,0110	1,00	0,70	3,20
11	1	260,00	8,59	20,00	0,65	2.130,78	0,0090	1,10	0,80	3,19
	2	70,00	1,50	5,00	0,65	566,57	0,0220	0,60	0,40	3,20
	3	50,00	8,96	20,26	0,65	2.206,61	0,0088	1,10	0,80	3,19
	4	80,00	1,67	5,00	0,65	630,78	0,0205	0,60	0,50	3,20
	5	150,00	13,24	21,05	0,65	3.192,09	0,0070	1,30	0,95	3,20
12	1	30,00	2,88	5,00	0,65	1.087,82	0,0143	0,90	0,60	3,20
	2	110,00	5,06	5,57	0,65	1.933,05	0,0095	1,20	0,70	3,17
	3	150,00	7,87	6,36	0,65	2.996,76	0,0070	1,30	0,90	3,16
	4	20,00	0,83	5,00	0,65	313,50	0,0054	0,70	0,40	1,63
	5	80,00	9,03	6,78	0,65	3.414,07	0,0065	1,30	1,00	3,16
	6	280,00	49,39	20,00	0,65	12.251,36	0,0028	2,50	1,80	3,18
	7	170,00	8,14	15,00	0,65	2.346,20	0,0085	1,20	0,80	3,20
	8	200,00	13,49	16,04	0,65	3.760,82	0,0062	1,30	1,10	3,18
	9	30,00	63,19	20,16	0,65	15.606,63	0,0022	2,80	2,00	3,08
13	1	130,00	2,05	5,00	0,65	774,31	0,0170	0,80	0,50	3,13
	2	140,00	6,78	5,74	0,65	2.592,10	0,0080	1,20	0,85	3,20
14	1	210,00	7,05	20,00	0,65	1.748,78	0,0100	1,00	0,70	3,16
	2	250,00	17,35	21,32	0,65	4.152,53	0,0055	1,40	1,10	3,12

Quadro 6.1 – Dimensões dos canais propostos (continuação)

CANAL	TR	EXTENSÃO (m)	ÁREA (ha)	TC. (min)	C/CN ⁽¹⁾	VAZÃO (l/s)	DECLIV. (m/m)	BASE (m)	ALTURA (m)	VELOC. (m/s)
15	1	280,00	10,87	25,00	0,65	2.372,11	0,0080	1,20	0,80	3,13
	2	60,00	11,31	25,32	0,65	2.449,58	0,0080	1,20	0,85	3,16
16	1	240,00	21,24	30,00	0,65	4.243,35	0,0058	1,40	1,10	3,20
	2	310,00	25,46	31,62	0,65	4.964,98	0,0052	1,50	1,20	3,19
	3	70,00	28,17	31,98	0,65	5.463,84	0,0049	1,50	1,30	3,18
17	1	120,00	7,31	20,00	0,65	1.813,27	0,0100	1,00	0,70	3,18
	2	140,00	10,17	20,73	0,65	2.472,65	0,0080	1,20	0,80	3,17
	3	100,00	2,66	15,00	0,65	766,70	0,0180	0,80	0,50	3,19
	4	170,00	11,90	21,63	0,65	2.825,09	0,0075	1,20	0,90	3,19
	5	80,00	14,79	22,05	0,65	3.473,03	0,0065	1,30	1,00	3,18
18	1	160,00	4,48	10,00	0,65	1.534,32	0,0100	1,00	0,70	3,06
	2	70,00	6,01	10,38	0,65	2.030,71	0,0095	1,20	0,80	3,21
19	1	140,00	3,18	10,00	0,65	1.089,09	0,0140	0,90	0,60	3,18
	2	150,00	6,28	10,79	0,65	2.091,64	0,0092	1,20	0,70	3,20
	3	70,00	1,28	10,00	0,65	438,38	0,0250	0,60	0,40	3,14
	4	100,00	7,83	11,31	0,65	2.560,12	0,0081	1,20	0,80	3,20
20	1	200,00	13,54	25,00	0,65	2.954,77	0,0070	1,30	0,90	3,15
	2	60,00	1,81	10,00	0,65	619,89	0,0020	0,90	0,70	1,33
	3	90,00	14,41	25,48	0,65	3.109,50	0,0070	1,30	0,90	3,19
	4	40,00	1,72	10,00	0,65	589,07	0,0175	0,70	0,50	2,96
	5	250,00	19,52	26,78	0,65	4.087,38	0,0056	1,40	1,10	3,13
21	1	280,00	8,65	15,00	0,65	2.493,20	0,0080	1,20	0,80	3,17
22	1	230,00	6,93	10,00	0,65	2.373,40	0,0080	1,20	0,80	3,13

Nota: De acordo com a metodologia do PEMAPES apresentada no relatório "Metodologia para elaboração dos estudos hidráulicos e hidrológicos para áreas críticas quanto ao risco de enchentes", define-se a utilização do método racional para o cálculo das vazões para áreas de contribuição menores que 100 ha. Para áreas maiores utiliza-se o método do hidrograma unitário. 1) Os índices C e CN correspondem respectivamente aos coeficientes dos métodos racional e do hidrograma unitário.

Considerando-se a magnitude das vazões envolvidas, as declividades máximas fixadas foram aquelas que resultaram em velocidades máximas de escoamento em torno de 3,0 m/s. Em alguns casos, todavia, considerando-se as vazões envolvidas tratando-se de bacias de drenagem de maiores portes, flexibilizou-se para um pouco mais este limite de modo a se tentar reduzir as dimensões dos canais e em consequência os custos das obras.

Mesmo assim, é importante atentar que a topografia da cidade poderá condicionar em determinados trechos uma maior declividade longitudinal que, por sua vez, deverá implicar em velocidades de fluxos bem maiores a este limite, impondo a utilização intensa de canais com o fundo em degraus. Estes dispositivos deverão ser concebidos com objetivo de dissipar gradativamente a energia potencial do fluxo em razão dos desníveis topográficos existentes, permitindo ao fluxo escoar com velocidade máxima no limite fixado.

Com relação às questões convencionais de execuções de obras de macrodrenagem pluvial, as informações apresentadas nos desenhos anexos e no Quadro 6.1 são suficientes para caracterizar a proposta deste estudo integrante do PEMAPES, enquanto elemento para subsidiar ações do plano. É preciso enfatizar, no entanto, que a questão da pavimentação das vias urbanas e da execução de redes

de microdrenagem é de fundamental importância para o sucesso da proposta da intervenção, pois é imprescindível a ordenação do fluxo desde as partes altas das bacias de drenagem até os talvegues onde são propostos estes canais, ainda mais considerando-se as características morfológicas do terreno em que se situa a cidade de Catu.

Por fim, cabe destacar que os trechos 6.6 e 6.7 (bacia 6), 12.5, 12.6, 12.8 e 12.9 (bacia 12) e 18.1 e 18.2 (bacia 18) deverão ser construídos num horizonte de projeto imediato, dado que estes dispositivos compõem uma parte fundamental das soluções previstas para as áreas críticas identificadas em inspeções de campo (seja porque desviam o fluxo das águas a montante das áreas críticas, porque ordenam o fluxo nesses locais ou porque viabilizam o escoamento das águas pluviais a jusante das áreas críticas até o lançamento em corpo receptor seguro).

Os demais trechos ou dispositivos, ainda que não sejam prioritários, não deixam de ser importantes dentro do contexto do macro sistema de drenagem pluvial da cidade. Podem ser construídos numa segunda etapa de intervenção, porém devem ser sempre considerados no âmbito do planejamento da ocupação do solo e da gestão dos recursos hídricos. Deve-se levar em conta que na medida em que as cidades se desenvolvem, maior é o grau de impermeabilização do terreno e maiores são as possibilidades de ocorrência de alagamentos, enxurradas, erosões e inundações. Neste sentido, uma postura pró-ativa por parte do Poder Público é fundamental.

A programação de execução destes canais de segunda etapa deverá estar relacionada à magnitude dos recursos financeiros disponíveis e a quesitos sócio-econômicos, urbanísticos e técnicos. De modo geral, por conta das vazões envolvidas, deverão ser priorizadas as linhas principais de cada bacia, ficando os ramais secundários em função da disponibilidade financeira. Dentro desta concepção, imagina-se que para a construção das linhas principais serão necessários aproximadamente 40% dos recursos requeridos para a segunda etapa.

6.2 PREVISÃO DE INVESTIMENTOS

No Anexo 8.1 está apresentada planilha contendo os quantitativos e o resumo do orçamento da versão preliminar das obras. Os custos unitários foram obtidos nas planilhas de preços da Embasa ano base 2007/Ago, com índice de reajuste de 20%.

O valor total das obras de macrodrenagem foi calculado em R\$ 43.916.200,00, conforme calculado nas planilhas resumo de quantitativos e orçamentos apresentados anexos a este documento.

Estes custos não contemplam obras de microdrenagem. Experiências anteriores dos técnicos da Geohidro mostram que os custos referentes à implantação de redes de microdrenagem chegam a 90% dos custos relativos à construção de canais de macrodrenagem, o que corresponde, para o caso de Catu, ao valor de R\$ 39.524.500,00.

No entanto, para a solução dos problemas nas bacias de contribuição onde foram identificadas áreas críticas (ou seja, para a primeira etapa das obras) o custo do sistema de macrodrenagem é estimado em R\$ 5.102.800,00, enquanto os custos referentes ao sistema de microdrenagem são de R\$ 4.592.500,00.

Para a segunda etapa das obras o custo estimado para os canais de macrodrenagem é, portanto, de R\$ 38.813.400,00, sendo que as linhas principais representam 40% desse valor (R\$ 15.525.400,00). Os

custos referentes ao sistema de microdrenagem na segunda etapa estão na ordem de R\$ 34.932.100,00.

Cabe destacar que nas vias não pavimentadas os investimentos em microdrenagem só deverão ser efetuados em concomitância com as obras de pavimentação das mesmas.

7 AÇÕES PROPOSITIVAS

O PEMAPES é um plano que se desenvolve num nível macro, englobando todo o Estado da Bahia, a partir das Regiões de Desenvolvimento Sustentável. Por conta disto, diversos outros estudos devem ser desenvolvidos entre as propostas deste plano e suas respectivas implementações. Neste item destaca-se um conjunto de estudos e outras ações que são propostas para etapas subseqüentes deste plano.

Basicamente podem ser destacados dois grupos de ações que devem passar por caminhos diferentes ao longo do tempo. Um primeiro tipo de ação diz respeito ao enfrentamento das áreas críticas, onde serão identificadas situações que requerem mais rápida tramitação e intervenção. Na maioria dos casos corresponde a soluções estruturais relativas à melhoria da infra-estrutura urbana.

O segundo conjunto de ações demanda aprofundamentos que passam, inclusive, por etapas de planejamento em escala mais detalhada, seja no nível de uma RDS ou mesmo dentro de uma própria localidade. A maioria das ações classificadas como de natureza não estrutural e algumas dentre as estruturais estão neste grupo. Estas últimas, apontadas neste PEMAPES com caráter preventivo, geralmente requerem maiores aprofundamentos, pois os estudos presentemente realizados levantaram dados específicos apenas nas áreas consideradas críticas.

As inspeções de campo efetuadas e a interpretação dos resultados dos estudos indicam diversas ações a serem propostas para o planejamento da questão da drenagem pluvial de Catu.

7.1 ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR DE SANEAMENTO BÁSICO

Predominantemente o sucesso de investimentos em obras de infra-estrutura urbana está vinculado ao planejamento delas e na forma como se relacionam entre si. É necessário que o gestor público tenha o domínio das necessidades das diversas comunidades que compõem o cenário urbano local, de modo a poder elencar as ações de curto e médio prazo necessárias às diversas etapas de execução das obras, como a realização de audiências públicas, a elaboração de projeto, a captação de recursos, a realização de licitações e a construção em si.

A elaboração de um Plano Diretor de Saneamento Básico, vinculado às diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, é o melhor mecanismo para se obter um planejamento racional destas ações, uma vez que a concepção de ações isoladas representa uma tendência antiga, muitas vezes dissociada do contexto urbano como um todo. A valorização de estudos técnicos apoiados na utilização de ações programadas representa a melhor opção da gestão pública.

Dentre as ações estabelecidas pelo Plano Diretor de Saneamento Básico deverá constar a construção dos canais propostos neste estudo, a estimativa dos custos dos investimentos em infra-estrutura para o saneamento da cidade e a definição da hierarquização das obras em relação aos apelos técnico e social.

7.2 CRIAÇÃO DE BACIAS DE AMORTECIMENTOS DE ENCHENTES

Conforme pode ser observado nos desenhos DE.1121.00-DRE-18-2-001 a 003 é indicado o local para a construção de um reservatório de águas pluviais, cabendo a estudos complementares, principalmente estudos técnico-econômicos e de impactos ambientais, a consolidação do volume de reservação e do contorno do espelho d'água, dentre outros aspectos. Recomenda-se que a implantação de tal lagoa

esteja atrelada a programas de urbanização da cidade, uma vez que envolve ações múltiplas, relacionadas inclusive com a questão do lazer da população e do embelezamento da cidade.

Para todos os casos torna-se imprescindível a definição dos lotes e edificações que deverão ser desapropriados para a instalação dessa lagoa e a proteção de seu contorno ante novas pressões por expansão urbana.

7.3 MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE MACRO E MICRO DRENAGEM EXISTENTE

É importante que a Prefeitura de Catu proceda à elaboração de um cadastro dos dispositivos de macrodrenagem já implantados, de modo a subsidiar informações para um estudo aprofundado acerca de suas capacidades hidráulicas e, posteriormente, a execução de obras para sua adaptação às condições desejadas. De fato, conforme dito anteriormente, o cadastro dos canais existentes de que se dispõe é insuficiente para a realização de verificações hidráulicas e, portanto, não foi possível afirmar se os canais existentes têm capacidade para veicular as cheias afluentes. A carência de dados cadastrais foi parcialmente suprida pelas informações obtidas no levantamento em campo acerca das áreas críticas, algumas delas ilustradas no relatório fotográfico apresentado como anexo.

O mesmo pode ser dito quanto ao sistema de micro drenagem, uma vez que não foi possível obter dados completos acerca da capacidade e cobertura da rede implantada e seu estado de conservação. Cabe destacar que o sucesso da intervenção proposta no âmbito da macro drenagem para Catu está intimamente relacionada à recuperação e ampliação do sistema de micro drenagem existente, uma vez que as águas pluviais atingem as vias públicas de forma difusa e com grande velocidade nos períodos de chuvas intensas. A Prefeitura Municipal, por meio do Plano de Saneamento, deverá estabelecer linhas de ação para a ampliação gradual da cobertura do sistema de captação e coleta das águas pluviais.

Além do cadastro dos dispositivos existentes na cidade, também recomenda-se a sistematização de rotinas de manutenção e limpeza visto que a obstrução dos cursos d'água e dos coletores de águas pluviais por resíduos sólidos e matéria orgânica, pelo acúmulo de sedimentos (assoreamento) ou simplesmente por estruturas mal conservadas pode ser a causa para a ocorrência de inundações facilmente evitáveis.

7.4 ADOÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA A INFILTRAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE ÁGUAS DE CHUVA

A recomendação de reutilizar as águas de chuva é uma diretriz da corrente contemporânea de planejamento e gestão dos recursos hídricos, que praticamente se converte em premissa diante de um cenário iminente de escassez de água potável. Além da redução do consumo de água potável, tão oneroso à população e ao Estado, o reuso das águas de chuva atrela-se também à expectativa da redução do fluxo de águas pluviais que escoam em direção aos sistemas de micro e de macrodrenagem existentes e propostos, dado que sua retenção em reservatórios artificiais para o uso posterior representa, de certa forma, o amortecimento das enchentes.

A corrente contemporânea do planejamento e gestão dos recursos hídricos também preconiza a adoção de incentivos para a infiltração de águas pluviais. Em comparação com as diretrizes de canalização e de amortecimento, esta é a alternativa que melhor se apresenta pois possibilita a recarga de aquíferos, a reaproximação às condições naturais de escoamento e uma notável diminuição dos custos com obras de infra-estrutura. Estratégias como o fomento à substituição de revestimentos por pavimentos porosos

(em áreas de estacionamento, quintais etc.) e à criação de elementos que facilitem a percolação e infiltração como valas e trincheiras deverão propiciar, num horizonte de médio prazo, a redução das vazões afluentes aos canais de macro drenagem.

Nesse sentido, é importante a promulgação de leis que condicionem a liberação de alvarás de construção e de licenças ambientais à proposição de mecanismos de reservação e reuso das águas de chuva para os novos empreendimentos de caráter pluridomiciliar, comercial, industrial e público que venham a se instalar em Catu. De forma análoga, é interessante a criação de incentivos para a instalação gradual de mecanismos similares nos empreendimentos já implantados e inclusive nas edificações uniresidenciais.

7.5 DESOCUPAÇÃO DAS ÁREAS MARGINAIS AOS CURSOS D'ÁGUA E CANAIS DE DRENAGEM

Frequentemente se observa nas cidades brasileiras a tendência à ocupação das áreas marginais e de áreas não edificáveis, por conta de aspectos como a carência de espaço para a expansão urbana, o alto custo dos terrenos urbanos e a permissividade do Poder Público, entre outros. Por vezes, observa-se a construção de edificações sobre a estrutura de canais de drenagem ao longo de extensos trechos, o que dificulta a realização periódica de serviços de manutenção e limpeza e, conseqüentemente, gera elementos agravantes para a ocorrência de inundações.

Em alguns canais da cidade já se verifica a tendência de adensamento da ocupação urbana no entorno imediato dos mesmos. É imprescindível que a Prefeitura assegure, onde ainda for possível, a proteção das áreas marginais aos cursos d'água, de forma a coibir em médio prazo a exposição ao risco de inundações e a ocorrência de tragédias que podem ser evitadas por um planejamento urbano eficaz.

8 ANEXOS

8.1 PLANILHA RESUMO DOS QUANTITATIVOS E ORÇAMENTO DAS OBRAS

CATU
SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL (1ª ETAPA DAS OBRAS)
PLANILHA DE QUANTIDADES E ORÇAMENTOS

Grupo	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço	Total
1	CANTEIRO DE OBRAS					
1.1	010101	MOBILIZACAO E INSTALACAO DE CANTEIRO DE OBRAS	VB	1,00	124.038,83	124.038,83
1.2	010104	DESMOBILIZACAO DE CANTEIRO DE OBRAS	VB	1,00	31.009,71	31.009,71
1.3	030110	PLACA DE IDENTIFICACAO DA OBRA PADRAO EMBASA, INCL. FORNEC., TRANSP. E INST. (DP0301-04)	M2	5,00	101,06	505,28
1.4	020301	LIMPEZA MANUAL DO TERRENO, INCL. RASPAGEM, JUNTAMENTO E QUEIMA DO MATERIAL.	M2	1.197,00	1,68	2.016,71
SUB TOTAL ÍTEM 1						157.570,52
2	CANAIS RETANGULARES EM CONCRETO ARMADO					
2.1	ESCAVAÇÕES DE VALAS P/ CANAIS DE MACRODRENAGEM PLUVIAL					
2.1.1	050201	ESCAV. MANUAL DE VALAS - ESGOTO - EM SOLO DE 1a CAT. EXECUTADA C/ PROFUND. ATE 1,50m	M3	1.221,90	20,33	24.837,32
2.1.2	050237	ESCAV. MECANIZ. DE VALAS - ESGOTO - EM SOLO DE 1a CAT. EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 0 A 2,00m	M3	6.598,26	4,76	31.394,52
2.1.3	050240	ESCAV. MECANIZ. DE VALAS - ESGOTO - EM SOLO DE 1a CAT. EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 2 A 4,00m	M3	3.414,09	5,16	17.629,00
2.1.4	050243	ESCAV. MECANIZ. DE VALAS - ESGOTO - EM SOLO DE 1a CAT. EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 4 A 6,00m	M3	-	4,90	-
2.1.5	050246	ESCAV. MECANIZ. DE VALAS - ESGOTO - EM SOLO DE 1a CAT. EXECUTADA C/ PROFUND. ACIMA DE 6,00m	M3	-	7,92	-
2.1.6	050249	ESCAV. MECANIZ. DE VALAS - ESGOTO - EM SOLO DE 2a CAT. EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 0 A 2,00m	M3	2.749,28	6,54	17.970,36
2.1.7	050252	ESCAV. MECANIZ. DE VALAS - ESGOTO - EM SOLO DE 2a CAT. EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 2 A 4,00m	M3	1.422,54	7,64	10.873,88
2.1.8	050255	ESCAV. MECANIZ. DE VALAS - ESGOTO - EM SOLO DE 2a CAT. EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 4 A 6,00m	M3	-	7,82	-
2.1.9	050258	ESCAV. MECANIZ. DE VALAS - ESGOTO - EM SOLO DE 2a CAT. EXECUTADA C/ PROFUND. ACIMA DE 6,00m	M3	-	10,56	-
2.1.10	050261	ESCAV. DE VALAS - ESGOTO - EM ROCHA BRANDA EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 0 A 2,00 m, C/ USO DE ROMPEDOR PNEUMATICO	M3	1.099,71	74,07	81.454,20
2.1.11	050264	ESCAV. DE VALAS - ESGOTO - EM ROCHA BRANDA EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 2 A 4,00 m, C/ USO DE ROMPEDOR PNEUMATICO	M3	569,02	79,75	45.377,36
2.1.12	050267	ESCAV. DE VALAS - ESGOTO - EM ROCHA BRANDA EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 4 A 6,00 m, C/ USO DE ROMPEDOR PNEUMATICO	M3	-	85,39	-
2.1.13	050270	ESCAV. DE VALAS - ESGOTO - EM ROCHA BRANDA EXECUTADA C/ PROFUND. ACIMA DE 6,00 m, C/ USO DE ROMPEDOR PNEUMATICO	M3	-	92,51	-
2.1.14	050273	ESCAV. DE VALA - ESGOTO - EM ROCHA SA, EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 0 A 2,00 m, C/ USO DE EXPLOSIVO, INCL. PROTECAO	M3	549,86	112,94	62.102,83
2.1.15	050276	ESCAV. DE VALA - ESGOTO - EM ROCHA SA, EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 2 A 4,00 m, C/ USO DE EXPLOSIVO, INCL. PROTECAO	M3	284,51	122,85	34.951,75
2.1.16	050279	ESCAV. DE VALA - ESGOTO - EM ROCHA SA, EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 4 A 6,00 m, C/ USO DE EXPLOSIVO, INCL. PROTECAO	M3	-	133,13	-
2.1.17	050282	ESCAV. DE VALA - ESGOTO - EM ROCHA SA, EXECUTADA C/ PROFUND. ACIMA DE 6,00 m, C/ USO DE EXPLOSIVO, INCL. PROTECAO	M3	-	142,46	-
2.2	ATERROS DE VALAS / POÇOS					
2.2.1	050401	EXEC. DE ATERRO EM VALAS/POÇOS/CAVAS DE FUNDACAO C/ SOLO PROVENIENTE DAS ESCAVACOES, INCL. LANCAM., ESPALHAM., COMPACT. C/ PLACA VIBRAT., SOQUETE PNEUMATICO OU SOQUETE MANUAL	M3	4.994,76	7,94	39.660,36
2.2.2	050407	EXEC. DE ATERRO EM VALAS/POÇOS/CAVAS DE FUNDACAO, C/ FORNEC. DE SOLO, INCL. LANCAM., ESPALHAM., COMPACT. C/ PLACA VIBRATORIA, SOQUETE PNEUMATICO OU SOQUETE MANUAL	M3	2.980,25	27,49	81.918,60
2.3	CARGA / DESCARGA / ESPALHAMENTO DE MATERIAIS/MOMENTO DE TRANSPORTE					
2.3.1	060101	CARGA E DESCARGA DE ROCHA	M3	2.503,09	2,37	5.935,32
2.3.2	060104	CARGA E DESCARGA DE SOLO	M3	12.914,40	2,07	26.794,79
2.3.3	060107	CARGA E DESCARGA DE ENTULHO	M3	16,36	2,20	35,98
2.3.4	060122	ESPALHAMENTO MECANICO DE ROCHA EM BOTA-FORA	M3	2.503,09	1,75	4.373,39
2.3.5	060125	ESPALHAMENTO MECANICO DE SOLO EM BOTA-FORA	M3	12.914,40	1,23	15.915,70
2.3.6	060128	ESPALHAMENTO MANUAL DE ENTULHO EM BOTA-FORA	M3	16,36	9,53	155,93
2.3.7	060201	MOMENTO DE TRANSPORTE DE ROCHA, EM CAMINHAO BASCULANTE	M3xKM	25.030,88	0,84	21.086,01
2.3.8	060204	MOMENTO DE TRANSPORTE DE SOLO, EM CAMINHAO BASCULANTE	M3xKM	129.143,95	0,62	80.585,83
2.3.9	060207	MOMENTO DE TRANSPORTE DE ENTULHO, EM CAMINHAO BASCULANTE	M3xKM	163,59	0,62	102,08

Grupo	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço	Total
2.4		ESCORAMENTO CONTINUO				
2.4.1	070201	ESCORAMENTO CONTINUO EM MADEIRA (TIPO CANCOEIRA), EXECUTADO NAS PROFUND.ATE 3,00 m, EM SOLO S/ PRESENÇA DE AGUA	M2	5.835,00	32,37	188.878,97
	070225	ESCORAMENTO CONTINUO C/ ESTACAS METALICAS, EXECUTADO NAS PROFUND. ACIMA DE 3,00 m	M2	3.624,00	71,79	260.171,33
2.5		DEMOLIÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS				
2.5.1	140104	LEVANTAMENTO DE PARALELEPIPEDO OU PEDRA IRREGULAR	M2	467,40	4,87	2.274,93
2.5.2	140125	DEMOLIÇÃO DE ASFALTO	M3	16,36	124,05	2.029,35
2.5.3	140201	RECOMPOSIÇÃO DE PAVIM. C/ PARALELO OU PEDRA C/ APROVEITAMENTO DE 100% DO MATERIAL LEVANTADO	M2	467,40	20,86	9.748,66
2.5.4	140228	RECOMPOSIÇÃO DE PAVIM.C/CONCRETO ASFALTICO USINADO A FRIO,EM TRINCHEIRA,INCLUSIVE IMPRIMAÇÃO	M3	16,36	508,79	8.323,36
2.6		CONCRETO CONVENCIONAL				
2.6.1	090101	CONCRETO C/ CONSUMO MIN. DE CIMENTO DE 150Kg/m3, INCL. FORNEC. DE MAT., PRODUCAO, LANC., ADENS. E CURA	M3	233,70	290,04	67.781,23
2.6.2	090126	CONCRETO FCK=30MPa, INCL. FORNEC. DOS MAT., PRODUCAO, LANC.,ADENS. E CURA	M3	3.855,95	496,03	1.912.679,23
2.7		FORMA P/ EDIFICAÇÕES				
2.7.1	090907	FORMA PLANA EM COMP. RESINADO P/ ESTRUTURA (3 X)	M2	15.487,00	48,61	752.816,88
2.8		ARMADURA P/ CONCRETO				
2.8.1	090601	ACO CA-50, INCL. FORNEC., CORTE, DOBR. E COLOCACAO NAS PECAS	KG	385.595,00	6,21	2.394.082,17
SUB TOTAL ÍTEM 2						6.201.941,29
TOTAL						6.359.511,82

CATU
SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL (2ª ETAPA DAS OBRAS)
PLANILHA DE QUANTIDADES E ORÇAMENTOS

Grupo	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço	Total
1 CANTEIRO DE OBRAS						
1.1	010101	MOBILIZACAO E INSTALACAO DE CANTEIRO DE OBRAS	VB	1,00	732.531,19	732.531,19
1.2	010104	DESMOBILIZACAO DE CANTEIRO DE OBRAS	VB	1,00	183.132,80	183.132,80
1.3	030110	PLACA DE IDENTIFICACAO DA OBRA PADRAO EMBASA, INCL. FORNEC., TRANSP. E INST. (DP0301-04)	M2	38,00	101,06	3.840,16
1.4	020301	LIMPEZA MANUAL DO TERRENO, INCL. RASPAGEM, JUNTAMENTO E QUEIMA DO MATERIAL.	M2	6.282,50	1,68	10.584,76
SUB TOTAL ÍTEM 1						930.088,91
2 CANAIS RETANGULARES EM CONCRETO ARMADO						
2.1 ESCAVAÇÕES DE VALAS P/ CANAIS DE MACRODRENAGEM PLUVIAL						
2.1.1	050201	ESCAV. MANUAL DE VALAS - ESGOTO - EM SOLO DE 1a CAT. EXECUTADA C/ PROFUND. ATE 1,50m	M3	8.091,10	20,33	164.466,06
2.1.2	050237	ESCAV. MECANIZ. DE VALAS - ESGOTO - EM SOLO DE 1a CAT. EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 0 A 2,00m	M3	43.691,91	4,76	207.886,12
2.1.3	050240	ESCAV. MECANIZ. DE VALAS - ESGOTO - EM SOLO DE 1a CAT. EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 2 A 4,00m	M3	15.181,26	5,16	78.389,95
2.1.4	050243	ESCAV. MECANIZ. DE VALAS - ESGOTO - EM SOLO DE 1a CAT. EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 4 A 6,00m	M3	-	4,90	-
2.1.5	050246	ESCAV. MECANIZ. DE VALAS - ESGOTO - EM SOLO DE 1a CAT. EXECUTADA C/ PROFUND. ACIMA DE 6,00m	M3	-	7,92	-
2.1.6	050249	ESCAV. MECANIZ. DE VALAS - ESGOTO - EM SOLO DE 2a CAT. EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 0 A 2,00m	M3	18.204,96	6,54	118.994,93
2.1.7	050252	ESCAV. MECANIZ. DE VALAS - ESGOTO - EM SOLO DE 2a CAT. EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 2 A 4,00m	M3	6.325,53	7,64	48.352,31
2.1.8	050255	ESCAV. MECANIZ. DE VALAS - ESGOTO - EM SOLO DE 2a CAT. EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 4 A 6,00m	M3	-	7,82	-
2.1.9	050258	ESCAV. MECANIZ. DE VALAS - ESGOTO - EM SOLO DE 2a CAT. EXECUTADA C/ PROFUND. ACIMA DE 6,00m	M3	-	10,56	-
2.1.10	050261	ESCAV. DE VALAS - ESGOTO - EM ROCHA BRANDA EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 0 A 2,00 m, C/ USO DE ROMPEDOR PNEUMATICO	M3	7.281,99	74,07	539.367,94
2.1.11	050264	ESCAV. DE VALAS - ESGOTO - EM ROCHA BRANDA EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 2 A 4,00 m, C/ USO DE ROMPEDOR PNEUMATICO	M3	2.530,21	79,75	201.777,18
2.1.12	050267	ESCAV. DE VALAS - ESGOTO - EM ROCHA BRANDA EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 4 A 6,00 m, C/ USO DE ROMPEDOR PNEUMATICO	M3	-	85,39	-
2.1.13	050270	ESCAV. DE VALAS - ESGOTO - EM ROCHA BRANDA EXECUTADA C/ PROFUND. ACIMA DE 6,00 m, C/ USO DE ROMPEDOR PNEUMATICO	M3	-	92,51	-
2.1.14	050273	ESCAV. DE VALA - ESGOTO - EM ROCHA SA, EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 0 A 2,00 m, C/ USO DE EXPLOSIVO, INCL. PROTECAO	M3	3.640,99	112,94	411.228,31
2.1.15	050276	ESCAV. DE VALA - ESGOTO - EM ROCHA SA, EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 2 A 4,00 m, C/ USO DE EXPLOSIVO, INCL. PROTECAO	M3	1.265,11	122,85	155.418,16
2.1.16	050279	ESCAV. DE VALA - ESGOTO - EM ROCHA SA, EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 4 A 6,00 m, C/ USO DE EXPLOSIVO, INCL. PROTECAO	M3	-	133,13	-
2.1.17	050282	ESCAV. DE VALA - ESGOTO - EM ROCHA SA, EXECUTADA C/ PROFUND. ACIMA DE 6,00 m, C/ USO DE EXPLOSIVO, INCL. PROTECAO	M3	-	142,46	-
2.2 ATERROS DE VALAS / POÇOS						
2.2.1	050401	EXEC. DE ATERRO EM VALAS/POCOS/CAVAS DE FUNDACAO C/ SOLO PROVENIENTE DAS ESCAVACOES, INCL. LANCAM., ESPALHAM., COMPACT. C/ PLACA VIBRAT., SOQUETE PNEUMATICO OU SOQUETE MANUAL	M3	37.782,94	7,94	300.011,64
2.2.2	050407	EXEC. DE ATERRO EM VALAS/POCOS/CAVAS DE FUNDACAO, C/ FORNEC. DE SOLO, INCL. LANCAM., ESPALHAM., COMPACT. C/ PLACA VIBRATORIA, SOQUETE PNEUMATICO OU SOQUETE MANUAL	M3	15.791,57	27,49	434.065,93
2.3 CARGA / DESCARGA / ESPALHAMENTO DE MATERIAIS/MOMENTO DE TRANSPORTE						
2.3.1	060101	CARGA E DESCARGA DE ROCHA	M3	14.718,29	2,37	34.900,02
2.3.2	060104	CARGA E DESCARGA DE SOLO	M3	68.430,12	2,07	141.978,80
2.3.3	060107	CARGA E DESCARGA DE ENTULHO	M3	103,67	2,20	228,03
2.3.4	060122	ESPALHAMENTO MECANICO DE ROCHA EM BOTA-FORA	M3	14.718,29	1,75	25.715,80
2.3.5	060125	ESPALHAMENTO MECANICO DE SOLO EM BOTA-FORA	M3	68.430,12	1,23	84.333,27
2.3.6	060128	ESPALHAMENTO MANUAL DE ENTULHO EM BOTA-FORA	M3	103,67	9,53	988,14
2.3.7	060201	MOMENTO DE TRANSPORTE DE ROCHA, EM CAMINHAO BASCULANTE	M3xKM	147.182,93	0,84	123.986,91
2.3.8	060204	MOMENTO DE TRANSPORTE DE SOLO, EM CAMINHAO BASCULANTE	M3xKM	684.301,15	0,62	427.003,93
2.3.9	060207	MOMENTO DE TRANSPORTE DE ENTULHO, EM CAMINHAO BASCULANTE	M3xKM	1.036,70	0,62	646,90

[illegible]

CATU
SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL (ETAPA ÚNICA DE OBRAS)
PLANILHA DE QUANTIDADES E ORÇAMENTOS

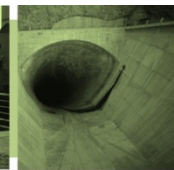
Grupo	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço	Total
1 CANTEIRO DE OBRAS						
1.1	010101	MOBILIZACAO E INSTALACAO DE CANTEIRO DE OBRAS	VB	1,00	856.570,02	856.570,02
1.2	010104	DESMOBILIZACAO DE CANTEIRO DE OBRAS	VB	1,00	214.142,50	214.142,50
1.3	030110	PLACA DE IDENTIFICACAO DA OBRA PADRAO EMBASA, INCL. FORNEC., TRANSP. E INST. (DP0301-04)	M2	43,00	101,06	4.345,44
1.4	020301	LIMPEZA MANUAL DO TERRENO, INCL. RASPAGEM, JUNTAMENTO E QUEIMA DO MATERIAL.	M2	7.479,50	1,68	12.601,46
SUB TOTAL ÍTEM 1						1.087.659,43
2 CANAIS RETANGULARES EM CONCRETO ARMADO						
2.1 ESCAVAÇÕES DE VALAS P/ CANAIS DE MACRODRENAGEM PLUVIAL						
2.1.1	050201	ESCAV. MANUAL DE VALAS - ESGOTO - EM SOLO DE 1a CAT. EXECUTADA C/ PROFUND. ATE 1,50m	M3	9.313,00	20,33	189.303,38
2.1.2	050237	ESCAV. MECANIZ. DE VALAS - ESGOTO - EM SOLO DE 1a CAT. EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 0 A 2,00m	M3	50.290,17	4,76	239.280,64
2.1.3	050240	ESCAV. MECANIZ. DE VALAS - ESGOTO - EM SOLO DE 1a CAT. EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 2 A 4,00m	M3	18.595,35	5,16	96.018,95
2.1.4	050243	ESCAV. MECANIZ. DE VALAS - ESGOTO - EM SOLO DE 1a CAT. EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 4 A 6,00m	M3	-	4,90	-
2.1.5	050246	ESCAV. MECANIZ. DE VALAS - ESGOTO - EM SOLO DE 1a CAT. EXECUTADA C/ PROFUND. ACIMA DE 6,00m	M3	-	7,92	-
2.1.6	050249	ESCAV. MECANIZ. DE VALAS - ESGOTO - EM SOLO DE 2a CAT. EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 0 A 2,00m	M3	20.954,24	6,54	136.965,29
2.1.7	050252	ESCAV. MECANIZ. DE VALAS - ESGOTO - EM SOLO DE 2a CAT. EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 2 A 4,00m	M3	7.748,06	7,64	59.226,19
2.1.8	050255	ESCAV. MECANIZ. DE VALAS - ESGOTO - EM SOLO DE 2a CAT. EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 4 A 6,00m	M3	-	7,82	-
2.1.9	050258	ESCAV. MECANIZ. DE VALAS - ESGOTO - EM SOLO DE 2a CAT. EXECUTADA C/ PROFUND. ACIMA DE 6,00m	M3	-	10,56	-
2.1.10	050261	ESCAV. DE VALAS - ESGOTO - EM ROCHA BRANDA EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 0 A 2,00 m, C/ USO DE ROMPEDOR PNEUMATICO	M3	8.381,70	74,07	620.822,14
2.1.11	050264	ESCAV. DE VALAS - ESGOTO - EM ROCHA BRANDA EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 2 A 4,00 m, C/ USO DE ROMPEDOR PNEUMATICO	M3	3.099,23	79,75	247.154,54
2.1.12	050267	ESCAV. DE VALAS - ESGOTO - EM ROCHA BRANDA EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 4 A 6,00 m, C/ USO DE ROMPEDOR PNEUMATICO	M3	-	85,39	-
2.1.13	050270	ESCAV. DE VALAS - ESGOTO - EM ROCHA BRANDA EXECUTADA C/ PROFUND. ACIMA DE 6,00 m, C/ USO DE ROMPEDOR PNEUMATICO	M3	-	92,51	-
2.1.14	050273	ESCAV. DE VALA - ESGOTO - EM ROCHA SA, EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 0 A 2,00 m, C/ USO DE EXPLOSIVO, INCL. PROTECAO	M3	4.190,85	112,94	473.331,14
2.1.15	050276	ESCAV. DE VALA - ESGOTO - EM ROCHA SA, EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 2 A 4,00 m, C/ USO DE EXPLOSIVO, INCL. PROTECAO	M3	1.549,61	122,85	190.369,91
2.1.16	050279	ESCAV. DE VALA - ESGOTO - EM ROCHA SA, EXECUTADA ENTRE AS PROFUND. DE 4 A 6,00 m, C/ USO DE EXPLOSIVO, INCL. PROTECAO	M3	-	133,13	-
2.1.17	050282	ESCAV. DE VALA - ESGOTO - EM ROCHA SA, EXECUTADA C/ PROFUND. ACIMA DE 6,00 m, C/ USO DE EXPLOSIVO, INCL. PROTECAO	M3	-	142,46	-
2.2 ATERROS DE VALAS / POÇOS						
2.2.1	050401	EXEC. DE ATERRO EM VALAS/POÇOS/CAVAS DE FUNDACAO C/ SOLO PROVENIENTE DAS ESCAVACOES, INCL. LANCAM., ESPALHAM., COMPACT. C/ PLACA VIBRAT., SOQUETE PNEUMATICO OU SOQUETE MANUAL	M3	42.777,69	7,94	339.672,00
2.2.2	050407	EXEC. DE ATERRO EM VALAS/POÇOS/CAVAS DE FUNDACAO, C/ FORNEC. DE SOLO, INCL. LANCAM., ESPALHAM., COMPACT. C/ PLACA VIBRATORIA, SOQUETE PNEUMATICO OU SOQUETE MANUAL	M3	18.771,81	27,49	515.984,53
2.3 CARGA / DESCARGA / ESPALHAMENTO DE MATERIAIS/MOMENTO DE TRANSPORTE						
2.3.1	060101	CARGA E DESCARGA DE ROCHA	M3	17.221,38	2,37	40.835,34
2.3.2	060104	CARGA E DESCARGA DE SOLO	M3	81.344,51	2,07	168.773,59
2.3.3	060107	CARGA E DESCARGA DE ENTULHO	M3	120,03	2,20	264,02
2.3.4	060122	ESPALHAMENTO MECANICO DE ROCHA EM BOTA-FORA	M3	17.221,38	1,75	30.089,20
2.3.5	060125	ESPALHAMENTO MECANICO DE SOLO EM BOTA-FORA	M3	81.344,51	1,23	100.248,97
2.3.6	060128	ESPALHAMENTO MANUAL DE ENTULHO EM BOTA-FORA	M3	120,03	9,53	1.144,07
2.3.7	060201	MOMENTO DE TRANSPORTE DE ROCHA, EM CAMINHAO BASCULANTE	M3xKM	172.213,81	0,84	145.072,92
2.3.8	060204	MOMENTO DE TRANSPORTE DE SOLO, EM CAMINHAO BASCULANTE	M3xKM	813.445,10	0,62	507.589,75
2.3.9	060207	MOMENTO DE TRANSPORTE DE ENTULHO, EM CAMINHAO BASCULANTE	M3xKM	1.200,29	0,62	748,98

Grupo	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço	Total
2.4	ESCORAMENTO CONTINUO					
2.4.1	070201	ESCORAMENTO CONTINUO EM MADEIRA (TIPO CANCOEIRA), EXECUTADO NAS PROFUND.ATE 3,00 m, EM SOLO S/ PRESENÇA DE AGUA	M2	60.682,00	32,37	1.964.276,51
	070225	ESCORAMENTO CONTINUO C/ ESTACAS METALICAS, EXECUTADO NAS PROFUND. ACIMA DE 3,00 m	M2	8.708,00	71,79	625.157,82
2.5	DEMOLIÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS					
2.5.1	140104	LEVANTAMENTO DE PARALELEPIPEDO OU PEDRA IRREGULAR	M2	3.429,40	4,87	16.691,58
2.5.2	140125	DEMOLIÇÃO DE ASFALTO	M3	120,03	124,05	14.889,74
2.5.3	140201	RECOMPOSIÇÃO DE PAVIM. C/ PARALELO OU PEDRA C/ APROVEITAMENTO DE 100% DO MATERIAL LEVANTADO	M2	3.429,40	20,86	71.527,68
2.5.4	140228	RECOMPOSIÇÃO DE PAVIM.C/CONCRETO ASFALTICO USINADO A FRIO,EM TRINCHEIRA,INCLUSIVE IMPRIMAÇÃO	M3	120,03	508,79	61.070,04
2.6	CONCRETO CONVENCIONAL					
2.6.1	090101	CONCRETO C/ CONSUMO MIN. DE CIMENTO DE 150Kg/m3, INCL. FORNEC. DE MAT., PRODUCAO, LANC., ADENS. E CURA	M3	1.714,70	290,04	497.323,39
2.6.2	090126	CONCRETO FCK=30MPa, INCL. FORNEC. DOS MAT., PRODUCAO, LANC.,ADENS. E CURA	M3	27.150,65	496,03	13.467.623,89
2.7	FORMA P/ EDIFICAÇÕES					
2.7.1	090907	FORMA PLANA EM COMP. RESINADO P/ ESTRUTURA (3 X)	M2	105.941,00	48,61	5.149.749,64
2.8	ARMADURA P/ CONCRETO					
2.8.1	090601	ACO CA-50, INCL. FORNEC., CORTE, DOBR. E COLOCACAO NAS PECAS	KG	2.715.065,00	6,21	16.857.295,13
SUB TOTAL ÍTEM 2						42.828.500,96
TOTAL						43.916.160,39

8.2 ÁGUAS PLUVIAIS - INFORMAÇÕES GERAIS DA SEDE MUNICIPAL DE CATU



ÁGUAS PLUVIAIS



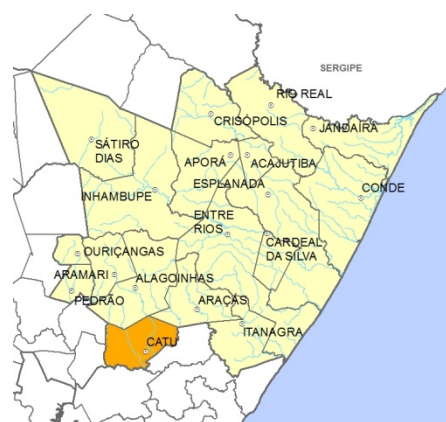
Informações Gerais da sede municipal de Catu

Identificação da Localidade

Município: Catu

RDS: Agreste de Alagoínhas - Litoral Norte

RPQA: Bacias do Recôncavo Norte e Inhambupe



Localização do Município na RDS

Características da Área Urbana

Aspectos gerais da topografia urbana:

Esta localidade está assentada sobre terrenos cuja topografia é caracterizada por inclinações médias na maior parte da sua extensão.

Características urbanísticas:

O traçado urbano das vias mostra uma característica que pode ser descrita como um sistema de arruamentos separados por quarteirões com extensões médias (entre 70 e 100 m entre duas ruas), com vias largas (com 5 metros de largura ou mais) e passeios estreitos (com 1,5 metro ou menos de largura). Nas áreas mais centrais desta localidade, as vias possuem algumas árvores e é possível encontrar algumas áreas verdes ou praças. Observando-se os lotes urbanos nas áreas mais densamente ocupadas temos que a área construída ocupa a maior percentagem dos lotes, mas não a totalidade deles. No que se refere às ruas, é possível constatar que o caimento das vias na direção das sarjetas, localizadas em suas bordas, é mal definido. Nos dias sem chuva, podem ser encontrados filetes de águas servidas escoando pelas sarjetas.

No que se refere à expansão dos terrenos urbanizados, pode-se observar que as áreas mais antigas e mais centrais foram construídas em terrenos mais elevados e que o crescimento da urbanização está se dando em áreas vizinhas mais baixas.

Aspectos Institucionais

O planejamento, implantação, operação e manutenção do sistema de águas pluviais deste município são desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, atuando ainda na área do saneamento básico com esgoto e resíduos sólidos.

Dados Institucionais Complementares

Neste município não existe Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Licenciamento para Loteamentos

Para implantação de loteamentos é exigido licenciamento somente para construção.

As exigências para loteamento na área do saneamento são:
Elaboração de projeto de drenagem e implantação de fossas.

Não é obrigatória a implantação de dispositivos de drenagem quando se pavimenta uma via.

Instrumentos normativos ou de planejamento

Instrumento Normativo	Ano publicação
Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano	2008
Implantação de fossas	2008

Comissão Municipal de Defesa Civil

Existe comissão municipal de defesa civil, porém esta não é atuante.
Não existem registros sistemáticos dos desastres naturais das precipitações hídricas e das inundações e não há mapeamento das áreas de riscos das inundações.
Quanto ao zoneamento de áreas de inundações, o mesmo não existe.
O município nunca declarou estado de emergência por conta de inundações.

Sistema de Manejo de Águas Pluviais

MICRODRENAGEM

No município existem dispositivos de coleta e transporte de águas pluviais, os quais são:

Dispositivo

Caixa coletora com grelha

Caixa coletora com abertura na guia

Galerias enterradas

Constata-se que esgotos são jogados na rede de drenagem.

Medidas Compensatórias

Uso de medidas compensatórias na atualidade

Não é utilizada nenhuma medida compensatória da urbanização na drenagem.

Potencial da cidade para implementação de novas técnicas de manejo de águas pluviais

Aptidão dos solos à infiltração: Em toda zona urbana

Edificações não dispõem de espaços para implantação de reservatórios individuais de amortecimento nas áreas críticas.

A população não possui hábito de utilizar as águas de chuva para consumo residencial.

Cobertura da rede urbana de drenagem

Percentagem das vias urbanas pavimentadas:	70%
--	-----

Percentagem das vias pavimentadas sem sarjetas:	15%
---	-----

Percentagem das vias pavimentadas com sarjetas e sem dispositivos de microdrenagem:	40%
---	-----

Percentagem das vias pavimentadas com dispositivos de microdrenagem:	45%
--	-----

Áreas Críticas

Áreas em que ocorreram alagamento nos últimos 5 anos

Em áreas centrais e não centrais da cidade de ocupação formal.

Identificação das áreas críticas

1 - Rua Agrípio Ramos com Rua Paulino César, 2 - Rua Armando Ferreira com Rua Paraná - Bairro Santa Rita, 3 - Rua do colégio com Rua São João - Bairro Santa Rita, 4 - Rua Simões Filho, 5 - Bairro Planalto II - Rua dos Lírios, 6 - Loteamento Eco Água Grande, 7 - Loteamento Boa Vista.

Processos Erosivos

Erosões no perímetro urbanos nos últimos 5 anos:

Voçoroca e erosão laminar de terrenos sem cobertura vegetal.

Inundações de Áreas Urbanas

Inundação em áreas ribeirinhas: Não foi observada inundação nas áreas ribeirinhas nos últimos anos.

Sobre Manejo de Resíduos Sólidos e Drenagem

Impacto negativo do lixo na drenagem

Nas sarjetas e valetas das ruas:	Médio
Nas caixas coletoras de águas pluviais (bocas de lobo):	Médio
Nas galerias da microdrenagem:	Médio
Nos canais e galerias da macrodrenagem:	Médio



ÁREAS CRÍTICAS



Levantamento de Informações da Área Crítica 1- Rua Agrípio Ramos com Rua Paulino César

Identificação da Área Crítica

Município: Catu

RDS: Agreste de Alagoinhas - Litoral Norte

RPGA: Bacias do Recôncavo Norte e Inhambupe

Área crítica: Rua Agrípio Ramos com Rua Paulino César

Tipologia do Problema

Esta área crítica é classificada, de acordo com as suas tipologias, como uma área onde ocorre muita enxurrada.

Característica da Área

Tipologia da área: Em áreas centrais da cidade de ocupação formal.

Com relação ao sistema viário nas proximidades da área crítica, as vias com caixas coletoras são pavimentadas com asfalto.

Os terrenos adjacentes à área crítica possuem ocupação intensa.

Não existem áreas desocupadas que funcionem como amortecimento de cheias.

E, em relação à criação da área de amortecimento, não existem áreas desocupadas que a possibilite.

São agravantes do problema: Subdimensionamento da drenagem, rede ferroviária formando barreira, chegada das águas por várias ruas e sistema misto que extravasa em período chuvoso.

Fatores de Risco

Houve alagamento nos últimos anos.

As pessoas afetadas com estes alagamentos são: Somente moradores do local.

No que se refere ao porte da inundação, registra-se:

- * Invasão de casas: Muitas casas
- * Interrupção do tráfego: Por mais de um turno
- * Há necessidade de intervenção: Sempre

Os alagamentos nesse município ocorrem numa frequência média de mais de uma vez ao ano.

Os alagamentos interferem no fluxo de pessoas da cidade, no local e adjacências. O prejuízo material é médio e não há risco de vida humana.

Não foi informada a existência de nenhum projeto de engenharia para a solução do problema.



ÁREAS CRÍTICAS



Levantamento de Informações da Área Crítica 2- Rua Armando Ferreira com Rua Paraná - Bairro Santa Rita

Identificação da Área Crítica

Município: Catu

RDS: Agreste de Alagoinhas - Litoral Norte

RPGA: Bacias do Recôncavo Norte e Inhambupe

Área crítica: Rua Armando Ferreira com Rua Paraná - Bairro Santa Rita

Tipologia do Problema

Esta área crítica é classificada, de acordo com as suas tipologias, como uma área onde ocorre muita enxurrada.

Característica da Área

Tipologia da área: Em áreas não centrais da cidade de ocupação formal.

Com relação ao sistema viário nas proximidades da área crítica, as vias com caixas coletoras são pavimentadas com asfalto.

Os terrenos adjacentes à área crítica possuem ocupação intensa.

Não existem áreas desocupadas que funcionem como amortecimento de cheias.

E, em relação à criação da área de amortecimento, não existem áreas desocupadas que a possibilite.

São agravantes do problema: Contribuição de encosta e drenagem subdimensionada.

Fatores de Risco

Houve alagamento nos últimos anos.

As pessoas afetadas com estes alagamentos são: Pouco mais que moradores do local.

No que se refere ao porte da inundação, registra-se:

- * Invasão de casas: Não

- * Interrupção do tráfego: Até um turno

- * Há necessidade de intervenção: Sempre

Os alagamentos nesse município ocorrem numa frequência média de mais de uma vez ao ano.

Os alagamentos interferem no fluxo de pessoas da cidade no local e adjacências. O prejuízo material é baixo e não há risco de vida humana.

Não foi informada a existência de nenhum projeto de engenharia para a solução do problema.



ÁREAS CRÍTICAS



Levantamento de Informações da Área Crítica 3- Rua do colégio com Rua São João - Bairro Santa Rita

Identificação da Área Crítica

Município: Catu
RDS: Agreste de Alagoinhas - Litoral Norte
RPGA: Bacias do Recôncavo Norte e Inhambupe
Área crítica: Rua do colégio com Rua São João - Bairro Santa Rita

Tipologia do Problema

Esta área crítica é classificada, de acordo com as suas tipologias, como uma área onde ocorre muita enxurrada.

Característica da Área

Tipologia da área: Em áreas não centrais da cidade de ocupação formal.
Com relação ao sistema viário nas proximidades da área crítica, as vias com caixas coletoras são pavimentadas com asfalto.
Os terrenos adjacentes à área crítica possuem ocupação intensa.
Não existem áreas desocupadas que funcionem como amortecimento de cheias.
E, em relação à criação da área de amortecimento, não existem áreas desocupadas que a possibilite.
São agravantes do problema: Drenagem insuficiente e esgoto correndo a céu aberto.

Fatores de Risco

Houve alagamento nos últimos anos.
As pessoas afetadas com estes alagamentos são: Pouco mais que moradores do local.
No que se refere ao porte da inundação, registra-se:
* Invasão de casas: Muitas casas
* Há necessidade de intervenção: Sempre
A enxurrada nesse município ocorre numa frequência média de mais de uma vez ao ano.
A enxurrada interfere no fluxo de pessoas da cidade no local e adjacências. O prejuízo material é alto e não há risco de vida humana.
Não foi informada a existência de nenhum projeto de engenharia para a solução do problema.



ÁREAS CRÍTICAS



Levantamento de Informações da Área Crítica 4- Rua Simões Filho

Identificação da Área Crítica

Município: Catu

RDS: Agreste de Alagoinhas - Litoral Norte

RPGA: Bacias do Recôncavo Norte e Inhambupe

Área crítica: Rua Simões Filho

Tipologia do Problema

Esta área crítica é classificada, de acordo com as suas tipologias, como uma área onde ocorre muita erosão.

Característica da Área

Tipologia da área: Em áreas centrais da cidade de ocupação formal.

Com relação ao sistema viário nas proximidades da área crítica, as vias com caixas coletoras são pavimentadas com asfalto. Os terrenos adjacentes à área crítica possuem ocupação intensa.

Não existem áreas desocupadas que funcionem como amortecimento de cheias.

E, em relação à criação da área de amortecimento, não existem áreas desocupadas que a possibilite.

São agravantes do problema: Drenagem mal planejada e lançamento posterior em encosta com terreno propício a erosões.

Fatores de Risco

Não houve alagamento nos últimos anos.

A erosão interfere no fluxo de pessoas da cidade

Não foi informada a existência de nenhum projeto de engenharia para a solução do problema.



ÁREAS CRÍTICAS



Levantamento de Informações da Área Crítica 5- Bairro Planalto II - Rua dos Lírios

Identificação da Área Crítica

Município: Catu

RDS: Agreste de Alagoinhas - Litoral Norte

RPGA: Bacias do Recôncavo Norte e Inhambupe

Área crítica: Bairro Planalto II - Rua dos Lírios

Tipologia do Problema

Esta área crítica é classificada, de acordo com as suas tipologias, como uma área onde ocorre muita erosão.

Característica da Área

Tipologia da área: Em áreas não centrais da cidade de ocupação formal.

Com relação ao sistema viário nas proximidades da área crítica, as vias com caixas coletoras são pavimentadas com asfalto.

Os terrenos adjacentes à área crítica possuem ocupação intensa.

Não existem áreas desocupadas que funcionem como amortecimento de cheias.

E, em relação à criação da área de amortecimento, não existem áreas desocupadas que a possibilite.

São agravantes do problema: Drenagem mal planejada e lançamento posterior em encosta com terreno propício a erosões.

Fatores de Risco

Não houve alagamento nos últimos anos.

A erosão interfere no fluxo de pessoas da cidade. O prejuízo material é médio e há um médio risco de vida humana.

Não foi informada a existência de nenhum projeto de engenharia para a solução do problema.



ÁREAS CRÍTICAS



Levantamento de Informações da Área Crítica 6- Loteamento Eco Água Grande

Identificação da Área Crítica

Município: Catu
RDS: Agreste de Alagoinhas - Litoral Norte
RPGA: Bacias do Recôncavo Norte e Inhambupe
Área crítica: Loteamento Eco Água Grande

Tipologia do Problema

Esta área crítica é classificada, de acordo com as suas tipologias, como uma área onde ocorre muita erosão.

Característica da Área

Tipologia da área: Em áreas não centrais da cidade de ocupação formal.

Com relação ao sistema viário nas proximidades da área crítica, as vias com caixas coletoras não são pavimentadas.

São agravantes do problema: Direcionamento das águas pluviais através das sarjetas para um mesmo ponto com terreno propício a erosão.

Fatores de Risco

Não houve alagamento nos últimos anos.

A erosão interfere no fluxo de pessoas da cidade. O prejuízo material é baixo e há um baixo risco de vida humana.

Não foi informada a existência de nenhum projeto de engenharia para a solução do problema.



ÁREAS CRÍTICAS



Levantamento de Informações da Área Crítica 7- Loteamento Boa Vista

Identificação da Área Crítica

Município: Catu

RDS: Agreste de Alagoinhas - Litoral Norte

RPGA: Bacias do Recôncavo Norte e Inhambupe

Área crítica: Loteamento Boa Vista

Tipologia do Problema

Esta área crítica é classificada, de acordo com as suas tipologias, como uma área onde ocorre muito erosão.

Característica da Área

Tipologia da área: Em áreas não centrais da cidade de ocupação formal.

Com relação ao sistema viário nas proximidades da área crítica, as vias com caixas coletoras não são pavimentadas.

Os terrenos adjacentes à área crítica possuem ocupação média.

Não existem áreas desocupadas que funcionem como amortecimento de cheias.

E, em relação à criação da área de amortecimento, não existem áreas desocupadas que a possibilite

São agravantes do problema: Lançamento de esgoto em terreno sem suporte.

Fatores de Risco

Não houve alagamento nos últimos anos.

A erosão interfere no fluxo de pessoas da cidade. O prejuízo material é baixo e há um baixo risco de vida humana.

Não foi informada a existência de nenhum projeto de engenharia para a solução do problema.

REGISTRO FOTOGRÁFICO DO MAP DE CATU



Foto 1: Ponto de lançamento de drenagem e esgoto – galeria atravessa as 2 pistas e a ferrovia em tudo de concreto DN 1000 mm – lança no Rio Catu – forte mau cheiro.



Foto 2: Ponto de lançamento de drenagem e esgoto – galeria atravessa as 2 pistas e a ferrovia em tudo de concreto DN 1000 mm – lança no Rio Catu – forte mau cheiro.



Foto 3: Ponto de lançamento de drenagem e esgoto – caixa com chegada de 2 tubos de concreto DN 300 mm e 1 DN 400 mm – galeria atravessa a ferrovia e vai até o Rio Catu.



Foto 4: Ponto de lançamento de drenagem e esgoto – caixa com chegada de 2 tubos de concreto DN 300 mm e 1 DN 400 mm – galeria atravessa a ferrovia e vai até o Rio Catu – mostra o assoreamento do Rio e a saída com tubo de concreto DN 600 mm.



Foto 5: Ponto de lançamento de drenagem e esgoto no Rio Catu – vista a montante da ponte – tubo de concreto DN 600 mm.



Foto 6: Ponto de lançamento de drenagem e esgoto – tubo de concreto DN 800 mm de mais ou menos 50 m e vai até o Rio Catu em vala aberta.



Foto 7: Ponto de lançamento de drenagem e esgoto – caixa de chegada de 2 tubos de concreto DN 300 mm, segue em Canal a céu aberto sem revestimento até o Rio Catu.



Foto 8: Ponto de lançamento de drenagem e esgoto – caixa de passagem e Canal sem revestimento e aberto até o Rio Catu – alto nível de comprometimento.



Foto 9: Ponto de lançamento de drenagem e esgoto – caixa de passagem e Canal sem revestimento e aberto até o Rio Catu – alto nível de comprometimento.



Foto 10: Barragem – captação de água da Petrobrás – leva água a montante.



Foto 11: Barragem – captação de água da Petrobrás – leva água a montante – local onde ocorre a matança de porcos clandestina na beira do Rio Catu.



Foto 12: Ponto de lançamento de drenagem e esgoto – chegada de tubo de concreto DN 1000 mm – vista da ponte da Rua Antonio Balbino – muito mato, lançamento é feito no Rio Catu.



Foto 13: Ponto de lançamento de drenagem e esgoto – Rua Barão de Camaçari – mostra a rua, a saída e o bueiro lançamento seguindo no terreno a céu aberto até o Rio Catu.



Foto 14: Rua Simões Filho, próximo a rotatória do Pioneiro – grande erosão com cerca de 30 m de profundidade – causada pelo antigo ponto de lançamento de drenagem.



Foto 15: Rua Simões Filho, próximo a rotatória do Pioneiro – grande erosão com cerca de 30 m de profundidade – causada pelo antigo ponto de lançamento de drenagem.



Foto 16: Drenagem da Rua Simões Filho – 5 tubos de concreto DN 300 mm atravessando o passeio para área aberta – drenagem deslocado do ponto onde surgiu a erosão para cerca de 40 m a frente.



Foto 17: Rua José Visco em frente da empresa de Petróleo San Antonio – mostra erosão e não dá vista do ponto de saída.



Foto 18: Bairro Planalto II – ponto de drenagem do bairro causou forte erosão – buraco de grandes dimensões (30 m profundidade, 50 m largura e 70 m comprimento).



Foto 19: Bairro Planalto II – ponto de drenagem do bairro causou forte erosão – buraco de grandes dimensões (30 m profundidade, 50 m largura e 70 m comprimento).



Foto 20: Loteamento Eco água Grande – ruas projetadas a beira do barranco – erosão na encosta – rede com tudo de concreto DN 400 mm e na saída grande abismo.



Foto 21: Loteamento Eco água Grande – ruas projetadas a beira do barranco – erosão na encosta – rede com tudo de concreto DN 400 mm e na saída grande abismo.



Foto 22: Bairro Fleming – sistema separador – saída em tubo de concreto DN 400 mm para terreno natural, drenagem escoar para o Riacho Riachão e vai até o Rio Una.



Foto 23: Estrada velha de São Miguel – ponto de saída de drenagem e esgoto – grande erosão com mais de 10 m de profundidade – segue para o Riacho rio Branco e escoá para o Riacho Riachão e Rio Una.



Foto 24: Minadouro de água cristalina encontrando com o esgoto que é lançado em Canal a céu aberto escoando para o Riacho Rio Branco até o Riacho Riachão até o Rio Uma.



Foto 25: Caixa de drenagem – última da Rua Presidente Getúlio Vargas – saída em tubo de concreto DN 400 mm – observa-se erosão.



Foto 26: Área Crítica 1 – Rua Agripio Ramos – área de enxurrada – mostra as poucas caixas de drenagem e os batentes das portas para conter as águas.



Foto 27: Área Crítica 2 – Rua Armando Ferreira com a Rua Paraná – área de enxurrada – mostra a praça, a linha férrea e a encosta ao fundo.



Foto 28: Área Crítica 3 – Rua do Colégio – Bairro Santa Rita com a Rua São João – área de enxurrada.

Análise do Manejo de Águas Pluviais no município de Catu

A seguir, são apresentados os diversos elementos associados aos componentes considerados para análise do manejo de águas pluviais em Catu.

a) Aspectos institucionais e normativos

Tão significativo quanto os aspectos tecnológicos, são os aspectos institucionais e normativos, uma vez que mostram o alicerce sobre o qual as ações locais são desenvolvidas.

Para caracterizar este segmento do sistema, são consideradas as informações relativas às instituições que operam nas áreas relativas ao manejo das águas superficiais, interação com outros serviços que afetam o desempenho da drenagem, equipe de funcionários das instituições entre outras coisas.

O Quadro 1.1 apresenta os fatores considerados para análise deste segmento com respectivos blocos e indicadores de fragilidade e qualificação.

Quadro 1.1 – Indicadores dos Aspectos Institucionais e Normativos

Fator	Qualificação	Peso	Indicador	Peso x Indicador
Estrutura municipal	Requer atenção	5	2,7	14
Fragmentação dos níveis de serviço	Muito concentrada	5	3	15
Atuação em outras áreas do saneamento	Difusa	5	3	15
Pessoal atuando	Não reduzido	5	2	10
Normas e licenciamentos	Elevado	3	4,4	13
Secretaria de Meio Ambiente	Inexistente	3	5	15
Licenciamento ambiental	Inexistente	5	5	25
Licenciamento para loteamentos	Existe, toda via sem exigências	3	3	9
Tipo de exigência para loteamentos	Insuficiente	7	4	28
Drenagem para pavimentação	Não exigido	7	5	35
Instrumentos normativos	Muito genéricos	5	4	20
Defesa civil	Pouco atuante	1	4,0	4
Índice de fragilidade dos aspectos institucionais	Requer atenção			3,4

b) Produção do escoamento superficial na área urbana

A produção do escoamento superficial está sendo observada, a partir de fatores que permitem associar determinadas características locais, em maior ou menor potencial de transformação de chuva, em escoamento pela superfície dos terrenos, além de avaliar a possibilidade da prática de manejo sustentável. Vale lembrar que, conforme foi explicitado na descrição da metodologia empregada para a elaboração deste estudo, um indicador elevado não representa que este fator está transformando, com maior efetividade, chuva em escoamento, mas que potencializa transformações proporcionalmente maiores, ou seja, potencializa maior impacto da urbanização dos terrenos no sistema natural de drenagem.

A seguir, o Quadro 1.2 apresenta os fatores destacados para inferir o potencial de fragilidade referente à produção do escoamento superficial em Catu com respectivos campos de qualificação destes fatores e correspondentes indicadores.

Quadro 1.2 - Fatores, Qualificações e Indicadores da Bacia

Fator	Qualificação	Peso	Indicador	Peso x Indicador
Intensidade das chuvas locais	Quartil médio inferior do estado	3	3,0	9
Ocupação urbana	Requer atenção	7	2,9	20
Inclinação predominante no sítio urbano	Média	5	3	15
Facilidade para infiltração	Alta	1	1	1
Aspectos gerais da paisagem urbana	Média densidade	5	3	15
Existência de áreas verdes	Poucas	5	3	15
Porcentagem de área construída nos lotes	Média	7	3	21
Manejo sustentável	Requer atenção	1	3,5	4
Experiência local		1	5,0	5
Controle na fonte		3	2,7	8
Controle em áreas públicas		7	3,7	26
Índice do potencial de produção de escoamento na bacia	Requer atenção			3,0

Praticar o manejo sustentável das águas pluviais implica em adotar medidas que possam retardar o fluxo e diminuir a quantidade de chuva que escoam pelas ruas da cidade, fazendo frente aos efeitos decorrentes da urbanização. Para tanto, podem ser empregados reservatórios de amortecimento de cheias (em unidades habitacionais ou em áreas públicas), construção de locais específicos para a infiltração das águas, incentivo ao consumo a partir de captações de telhado (para fins que não necessitem de água tratada) e outras práticas que possam ser adaptadas a cada local.

O Quadro 1.3 apresenta os fatores, respectivas qualificações e indicadores de fragilidade, relativos ao tema de implantação de manejo sustentável de águas pluviais para a localidade, que estão incluídos no índice da bacia.

Quadro 1.3 – Indicadores do Potencial de Implantação de Manejo Sustentável

Fator	Qualificação	Peso	Indicador	Peso x Indicador
Experiência local	Inexistente	1	5,0	5
Controle na fonte	Requer atenção	3	2,7	8
Infiltração dos solos	Em toda área	3	1	3
Reservatório individual de amortecimento	Lotes sem área disponível	1	4	4
Consumo de águas pluviais	Não habitual	3	4	12
Controle em áreas públicas	Elevado	7	3,7	26
Infiltração dos solos	Em toda área	3	1	3
Áreas naturais de amortecimento	Muito poucas	7	4	28
Potencial para amortecimento artificial	Inexistente	5	5	25
Área livre para implantação de ETE		0		0
Índice do potencial de sustentabilidade	Requer atenção			3,5

c) Infraestrutura de drenagem urbana

A caracterização da infraestrutura de drenagem urbana é feita a partir de componentes que dividem o segmento com a finalidade de permitir a compreensão dos aspectos mais significativos, no que se refere ao comportamento da cidade nos dias de chuva. Os componentes em que a infraestrutura de drenagem urbana foi dividida são:

- sistema de macrodrenagem;
- sistema de microdrenagem e
- adequabilidade do sistema existente.

Portanto, infraestrutura de drenagem local é percebida a partir destes componentes a seguir apresentados.

▪ SISTEMA DE MACRODRENAGEM

A macrodrenagem está associada ao sistema natural de drenagem, ou seja, os cursos de água estruturados pela natureza nos pontos mais baixos dos terrenos. Com a urbanização, a rede natural de drenagem, progressivamente, vai se mostrando incapaz de fazer frente ao aumento de vazões, consequência da ocupação e impermeabilização dos terrenos da bacia de captação. Quando medidas adequadas não são tomadas, problemas diversos são apresentados na rede de macrodrenagem.

Não há estruturas de macrodrenagem na cidade.

▪ SISTEMA DE MICRODRENAGEM

A microdrenagem está associada ao sistema de escoamento das águas pluviais pelas vias das áreas urbanizadas. A implantação das vias, no processo de urbanização, altera o escoamento das águas pela superfície dos terrenos e cria um novo arranjo que, muitas vezes, apresenta problemas de continuidade do fluxo e provoca alagamentos.

O Quadro 1.4 apresenta os fatores utilizados para a caracterização da microdrenagem e, para cada um destes fatores, as correspondentes qualificações, pesos e indicadores, estabelecidos a partir dos dados coletados.

Quadro 1.4 - Fatores, Qualificações e Indicadores da Microdrenagem

Fator	Qualificação	Peso	Indicador	Peso x Indicador
Dispositivos de microdrenagem	Muito baixo	3	1,0	3
Dispositivos de microdrenagem	Média diversidade	7	1	7
Estado de conservação	Bom	7	1	7
Condições de funcionamento	Requer atenção	3	3,1	9
Esgotos na microdrenagem	Presente	1	4	4
Lixo nas sarjetas e/ou valetas	Significativo	3	3	9
Lixo nas caixas coletoras	Significativo	5	3	15
Lixo nas galerias	Significativo	5	3	15
Cobertura da área urbana	Requer atenção	7	3,5	25
% de vias pavimentadas	Baixa	5	3	15
% sem sarjetas nas vias pavimentadas	Baixa	3	3	9
% vias pav. com dispositivos de micro	Baixa	7	4	28
Índice do potencial de fragilidade do sistema de microdrenagem	Requer atenção			2,8

▪ ADEQUABILIDADE DO SISTEMA EXISTENTE

Um sistema de drenagem urbana pode ser avaliado por sua capacidade de escoar eficientemente as águas pluviais sem causar transtornos à população da cidade. Portanto, a adequabilidade do sistema existente inclui o número de áreas críticas na localidade, de acordo com seu porte, além de sua magnitude. Também considera fatores como a complexidade das áreas problemas, percentagem de vias pavimentadas e a cobertura dos dispositivos de microdrenagem.

O Quadro 1.5 apresenta os fatores utilizados para a caracterização da adequabilidade do sistema existente e, para cada um destes fatores, as correspondentes qualificações, pesos e indicadores, estabelecidos a partir dos dados coletados.

Quadro 1.5 - Fatores, Qualificações e Indicadores da Adequabilidade do Sistema Existente

Fator	Qualificação	Peso	Indicador	Peso x Indicador
Índice de áreas críticas	Diversas	7	4	28
Área mais crítica	Elevado	3	3,7	11,1
Média das áreas críticas	Requer atenção	7	3,1	21,7
Complexidade de áreas alagáveis	Alta complexidade	3	5	15
% de vias pavimentadas	Mediana	5	3	15
% de vias com dispositivos de microdrenagem	Baixa	7	4	28
Índice de fragilidade de adequabilidade do sistema existente	Elevado			3,7

▪ A INFRAESTRUTURA DE DRENAGEM URBANA COMO UM TODO

Entende-se a infraestrutura de drenagem de Catu como um todo, formado pelos componentes em que ele foi decomposto, caracterizados e analisados, cada um deles, nos itens anteriores. A síntese desta visão global

pode ser observada a partir do Quadro 1.6, que apresenta os índices de fragilidade obtidos para cada componente da infraestrutura de drenagem urbana.

Quadro 1.6 – Índice de Infraestrutura de Drenagem Urbana a partir de seus Componentes

Componente	Qualificação	Peso	Indicador	Peso x Indicador
Macro drenagem			-	
Micro drenagem	Requer atenção	3	2,8	8,4
Adequabilidade do sistema existente	Elevado	7	3,7	25,9
Índice de fragilidade de infraestrutura de drenagem urbana	Requer atenção			3,4

d) Inundações Ribeirinhas

As inundações ribeirinhas tratam dos problemas associados às cheias de rios e suas relações com cidades ribeirinhas. Trata-se de um problema que interage bastante com as questões de macro drenagem, mas que mereceram destaque neste estudo. É, portanto, um problema que somente poderá ser observado nas localidades que são implantadas nas margens de rios cujas bacias extrapolam, em muito, às áreas de contribuição inseridas no perímetro urbano.

Os fatores selecionados dizem respeito à taxa de ocupação das áreas problema, às áreas naturais de inundação e outras características que tratam da relação dos terrenos marginais ao rio ocupados pelo processo de urbanização, a forma com que a drenagem natural atua nos dias de maior vazão na calha do corpo de água principal da rede natural de drenagem no local e a características da bacia de contribuição do rio que passa pela cidade.

Considerando os fatores selecionados para a avaliação deste segmento do sistema e as informações coletadas, tem-se o Quadro 1.7 onde, para cada fator considerado estão associados respectivos indicadores e qualificações.

Quadro 1.7 – Fatores, Qualificações e Indicadores de Inundações Ribeirinhas

Fator	Qualificação	Peso	Indicador	Peso x Indicador
Existência de inundações recentes	Não observadas	7	0	0
Frequência com que ocorrem		0		0
Possíveis causas		0		0
Ocupação dos terrenos inundáveis		0		0
Área da bacia de contribuição	Mediana	9	3	27
Declividade média do talvegue	Baixa	3	2	6
Índice de fragilidade de suscetibilidade de inundações ribeirinhas	Baixo			1,7

e) Impacto nas Áreas Críticas

As áreas críticas são aquelas que apresentam problemas de alagamento ou erosão, independentemente de suas causas. Os fatores considerados para caracterização de uma área crítica buscam retratar suas principais particularidades, os transtornos urbanos decorrentes dos problemas identificados e a magnitude destes

mesmos impactos. As localidades, em função de suas características urbanas, podem não apresentar áreas críticas.

A cidade apresenta sete áreas críticas. Os levantamentos registraram informações sobre cada uma das áreas apontadas, e com base nestas informações, foi possível atrelar aos fatores selecionados para caracterizar cada área aos respectivos indicadores de fragilidade e correspondente qualificação.

Uma vez individualizadas as situações das áreas problemas passa-se a considerar o conjunto delas.

Para compor uma síntese referente a este conjunto das áreas críticas da localidade é montado um quadro resumo composto por, para cada área crítica, indicadores de fragilidade associados a cada fator. Com estes elementos, estima-se o indicador de fragilidade médio para cada fator na localidade. Este conjunto de indicadores médios, além dos menores e maiores fatores, é destacado, formando a síntese das áreas críticas da localidade.

O Quadro 1.8 apresenta o conjunto de indicadores para cada área crítica da localidade. Também neste quadro estão destacados os indicadores médios das áreas críticas além dos maiores e menores, mostrando com isto as situações extremas percebidas.

Quadro 1.8 –Fatores, Qualificações e Indicadores de Impactos

Fator	Peso	Indicadores de fragilidade dos impactos							Menor valor	Indicadores médios	Maior valor
		Área 1	Área 2	Área 3	Área 4	Área 5	Área 6	Área 7			
Natureza dos problemas	5	4,0	4,0	4,3	4,0	3,7	3,9	3,7	3,7	3,9	4,3
Tipo do problema	7	4	4	4	3	3	3	3	3	3,4	4
Complexidade da área problema	7	4	4	5	5	4	4	4	4	4,3	5
Adequação pavimento e caixas coletoras	1	1	1	1	1	1	5	5	1	2,1	5
Ocupação dos terrenos adjacentes	5	5	5	5	5	5	5	4	4	4,9	5
Agravantes do problema	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3,0	3
Existência de projeto de engenharia	1	5	5	5	5	5	5	5	5	5,0	5
Possibilidade de amortecimento	1	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	3,0	5,0	3,0	4,7	5,0
Áreas estratégicas para amortecimento	1	5	5	5	5	5	1	5	1	4,4	5
Potencial de áreas estratégicas adicionais	1	5	5	5	5	5	5	5	5	5,0	5
Recorrência dos problemas	7	3,4	3,4	3,4	3,4	2,2	2,2	2,2	2,2	2,9	3,4
Decretação de estado de emergência	9	1	1	1	1	1	1	1	1	1,0	1
Alagamentos nos últimos 5 anos	7	5	5	5	5	1	1	1	1	3,3	5
Frequência dos alagamentos	7	5	5	5	5	5	5	5	5	5,0	5
Interferência na localidade	7	4,7	3,4	4,4	4,4	4,4	4,2	4,2	3,4	4,2	4,7
População afetada	7	4	4	3	3	3	3	3	3	3,3	4
Casas alagadas	7	5	0	5	5	5	5	5	0	4,3	5
Tempo de interrupção do trânsito	5	5	4	5	5	5	5	5	4	4,9	5
Necessidade de intervenção	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5,0	5
Interferência no fluxo das pessoas na cidade	3	4	4	4	4	4	4	4	4	4,0	4
Prejuízo material	7	5	3	4	4	4	3	3	3	3,7	5
Processos erosivos na localidade	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5,0	5
Risco de vida humana	9	0,0	0,0	0,0	3,0	4,0	3,0	3,0	0,0	1,9	4,0
Índice de fragilidade de impactos		2,8	2,5	2,8	3,7	3,6	3,3	3,3	2,5	3,1	3,7

f) Síntese do manejo de águas pluviais em Catu

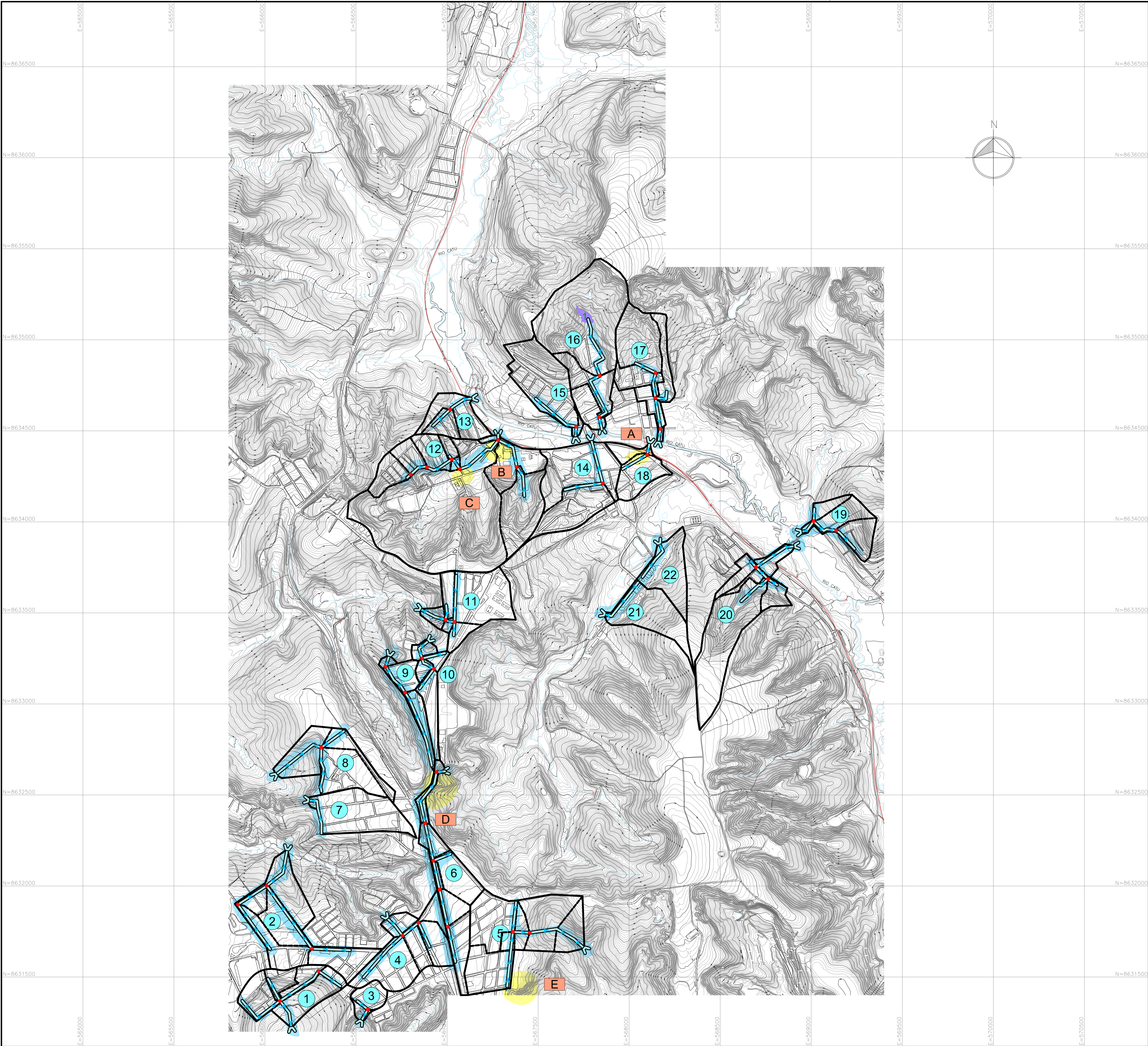
A síntese geral das questões relativas ao manejo de águas pluviais em Catu pode ser caracterizada a partir do Quadro 1.9, que apresenta o conjunto de índices de fragilidade atribuídos aos segmentos do tema tratados

nos itens anteriores. As informações contidas neste quadro é que aparecem como caracterizadoras da localidade na análise global da região de desenvolvimento sustentável.

Quadro 1.9 – Síntese dos Índices para a Localidade

Segmento	Qualificação (nível de fragilidade)	Peso	Índice de fragilidade	Índice x Peso
Produção do escoamento nas bacias	Requer atenção	3	3,0	9,0
Intensidade das chuvas locais	Requer atenção	3	3,0	9,0
Ocupação urbana	Requer atenção	7	2,9	20,3
Manejo sustentável	Requer atenção	1	3,5	3,5
Infraestrutura de drenagem urbana	Requer atenção	5	3,4	17,0
Macrodrenagem	-	-	-	-
Microdrenagem	Requer atenção	3	2,8	8,4
Adequabilidade do sistema existente	Elevado	7	3,7	25,9
Inundações ribeirinhas	Baixo	9	1,7	15,3
Impactos nas áreas críticas	Requer atenção	7	3,1	21,7
Natureza dos problemas	Elevado	5	3,9	19,5
Possibilidade de amortecimento	Muito elevado	1	4,7	4,7
Recorrência dos problemas	Requer atenção	7	2,9	20,3
Interferência na localidade	Elevado	7	4,2	29,4
Risco de vida humana	Baixo	9	1,9	17,1
Aspectos institucionais	Requer atenção	3	3,4	10,2
Estrutura municipal	Requer atenção	5	2,7	13,5
Normas e licenciamentos	Elevado	3	4,4	13,2
Defesa civil	Elevado	1	4,0	4,0
Índice global de fragilidade da localidade	Requer atenção			2,7

8.3 PEÇAS GRÁFICAS



- LEGENDA**
- Limite de bacia hidrográfica
 - - - Limite de sub-bacia hidrográfica
 - Trecho de canal existente
 - Trecho de canal proposto
 - Setor suscetível a alagamentos (intervensões de micro drenagem)
 - Setor suscetível a alagamentos (não cadastrado em campo)
 - Indicação das bacias de retenção propostas
 - 1 Identificação dos canais projetados
 - A Identificação das áreas críticas

CARACTERÍSTICAS DOS CANAIS PROJETADOS

Ver tabela de dimensionamento nos desenhos DE.1121.00-DRE-18-2-002 e 003.

Área crítica	Nome da área	Identificação da área	Frequência dos alagamentos	Pessoas afetadas	Invade casas?	Interrompe o tráfego?	Prejuízo material	Risco de vida humana
A	Rua Agripio Ramos com Rua Paulino César	1	Mais de um por ano	Somente moradores do local	Muitas casas	Por mais de um turno	Médio	Não há
B	Rua Amando Ferreira com Rua Paraná	2	Mais de um por ano	Pouco mais que moradores do local	Não	Até um turno	Baixo	Não há
C	Rua do colégio com Rua São João	3	Mais de um por ano	Pouco mais que moradores do local	Muitas casas	-	Alto	Não há
D	Rua Simões Filho	4	-	-	-	-	-	-
E	Bairro Planalto II - Rua dos Lirios	5	-	-	-	-	-	-
F	Loteamento Eco Água Grande	6	-	-	-	-	Baixo	Baixo
G	Loteamento Boa Vista	7	-	-	-	-	Baixo	Baixo

NOTA:
AS ÁREAS CRÍTICAS (F) E (G) ENCONTRAM-SE ALÉM DO LIMITE APRESENTADO NESTE DESENHO.



Governo do Estado da Bahia
Secretaria de Desenvolvimento Urbano





PEMAPES
PLANO ESTADUAL DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ÁREA

RDS 18 – AGRESTE DE ALAGOINHAS

MUNICÍPIO

CATU

TÍTULO

DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE DRENAGEM E PROPOSIÇÃO DE SOLUÇÕES

DATA

MAR/11

ESCALA

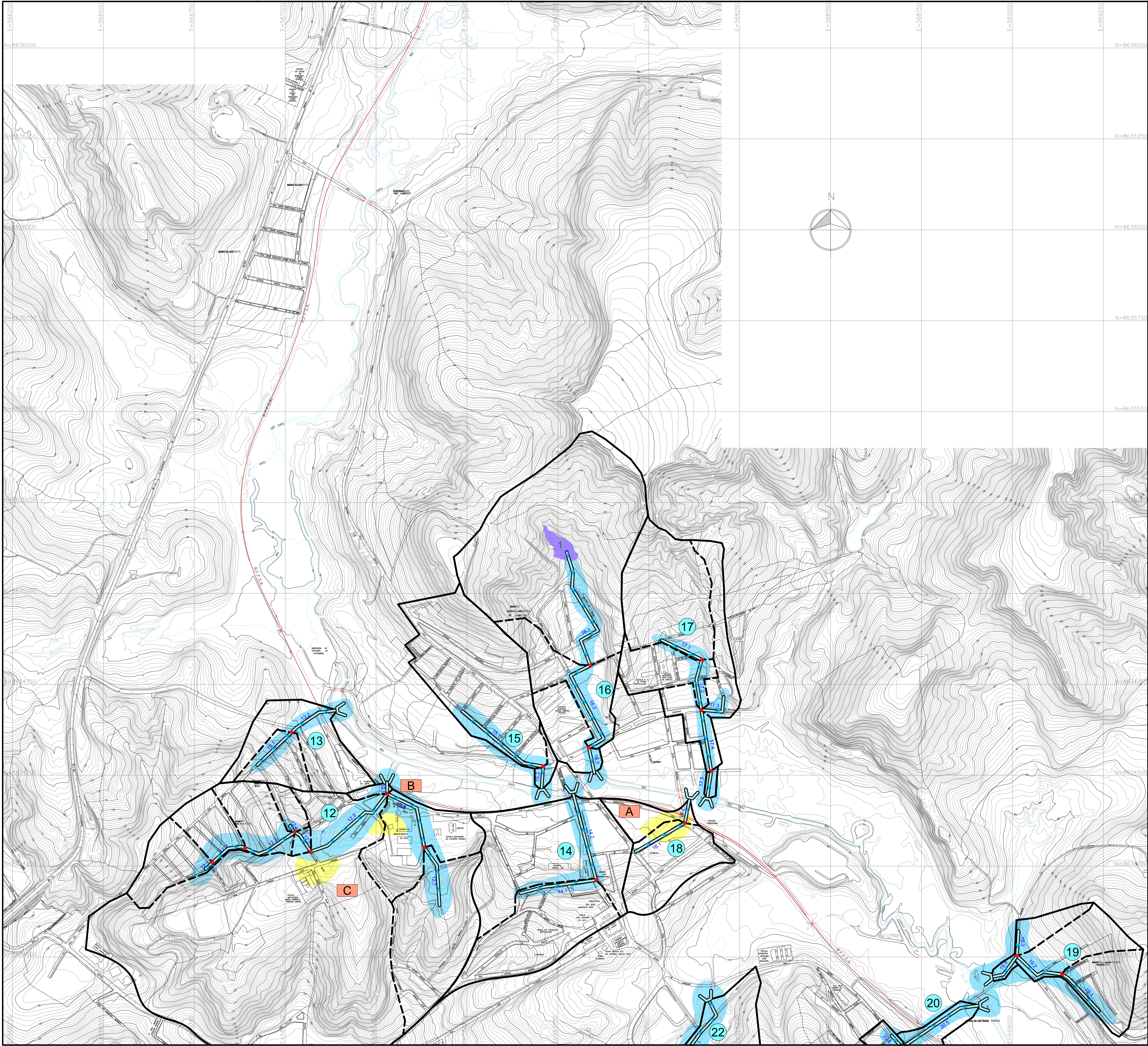
1/10.000

FOLHA

01/01

NÚMERO

DE.1121.00—DRE—18—2—001



LEGENDA

- Limite de bacia hidrográfica
- - - Limite de sub-bacia hidrográfica
- Trecho de canal existente
- Trecho de canal proposto
- Setor suscetível a alagamentos (intervensões de micro drenagem)
- Setor suscetível a alagamentos (não cadastrado em campo)
- Indicação das bacias de retenção propostas
- 1 Indicação dos canais projetados
- A Identificação das áreas críticas

ARRANJO

1

2

CARACTERÍSTICAS DOS CANAIS PROJETADOS

Canal	Trecho	Área (ha)	Vazão (m³/s)	Base (m)	Altura (m)	Declividade (mm)	Extensão (m)
12	12.1	2,88	1,09	0,90	0,60	0,0143	30,00
	12.2	5,06	1,93	1,20	0,70	0,0095	110,00
	12.3	7,87	3,00	1,30	0,90	0,0070	150,00
	12.4	0,83	0,31	0,70	0,40	0,0054	20,00
	12.5	9,03	3,41	1,30	1,00	0,0065	80,00
	12.6	49,39	12,25	2,50	1,80	0,0028	280,00
13	12.7	8,14	2,35	1,20	0,80	0,0085	170,00
	12.8	13,49	3,76	1,30	1,10	0,0062	200,00
	12.9	63,19	15,61	2,80	2,00	0,0022	30,00
	13.1	2,05	0,77	0,80	0,50	0,0170	130,00
	13.2	6,78	2,59	1,20	0,85	0,0080	140,00
	14.1	7,05	1,75	1,00	0,70	0,0100	210,00
14	14.2	17,35	4,15	1,40	1,10	0,0055	250,00
	15.1	10,87	2,37	1,20	0,80	0,0080	280,00
	15.2	11,31	2,45	1,20	0,85	0,0080	60,00
	16.1	21,24	4,24	1,40	1,10	0,0058	240,00
	16.2	25,46	4,96	1,50	1,20	0,0052	310,00
	16.3	28,17	5,46	1,50	1,30	0,0049	70,00
15	17.1	7,31	1,81	1,00	0,70	0,0100	120,00
	17.2	10,17	2,47	1,20	0,80	0,0080	140,00
	17.3	2,86	0,77	0,80	0,50	0,0180	100,00
	17.4	11,90	2,83	1,20	0,90	0,0075	170,00
	17.5	14,79	3,47	1,30	1,00	0,0065	80,00
	18.1	4,48	1,53	1,00	0,70	0,0100	160,00
16	18.2	6,01	2,03	1,20	0,80	0,0095	70,00
	19.1	3,18	1,09	0,90	0,60	0,0140	140,00
	19.2	6,28	2,09	1,20	0,70	0,0092	150,00
	19.3	1,28	0,44	0,60	0,40	0,0250	70,00
	19.4	7,63	2,56	1,20	0,80	0,0081	100,00
	20.1	13,54	2,95	1,30	0,90	0,0070	200,00
17	20.2	1,81	0,62	0,90	0,70	0,0020	60,00
	20.3	14,41	3,11	1,30	0,90	0,0070	90,00
	20.4	1,72	0,59	0,70	0,50	0,0175	40,00
	20.5	19,52	4,09	1,40	1,10	0,0056	250,00
	22.1	6,93	2,37	1,20	0,80	0,0080	230,00

CARACTERÍSTICAS DAS ÁREAS CRÍTICAS

Área crítica	Nome da área	Identificação da área	Frequência dos alagamentos	Pessoas afetadas	Invade casas?	Interrompe o tráfego?	Prejuízo material	Risco de vida humana
A	Rua Agrícola Ramos com Rua Paulino César	1	Mais de um por ano	Somente moradores do local	Muitas casas	Por mais de um turno	Médio	Não há
B	Rua Armando Ferreira com Rua Paraná	2	Mais de um por ano	Pouco mais que moradores do local	Não	Até um turno	Baixo	Não há
C	Rua do colégio com Rua São João	3	Mais de um por ano	Pouco mais que moradores do local	Muitas casas	-	Alto	Não há
D	Rua Simões Filho	4	-	-	-	-	-	-
E	Bairro Planalto II - Rua dos Linhos	5	-	-	-	-	-	-
F	Loteamento Eco Água Grande	6	-	-	-	-	Baixo	Baixo
G	Loteamento Boa Vista	7	-	-	-	-	Baixo	Baixo

NOTA:
AS ÁREAS CRÍTICAS 6 E 7 ENCONTRAM-SE ALÉM DO LIMITE APRESENTADO NESTE DESENHO.



Governo do Estado da Bahia
Secretaria de Desenvolvimento Urbano





PEMAPES
PLANO ESTADUAL DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

ÁREA

RDS 18 – AGRESTE DE ALAGOINHAS

MUNICÍPIO

CATU

TÍTULO

DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE DRENAGEM E PROPOSIÇÃO DE SOLUÇÕES

DATA

MAR/11

ESCALA

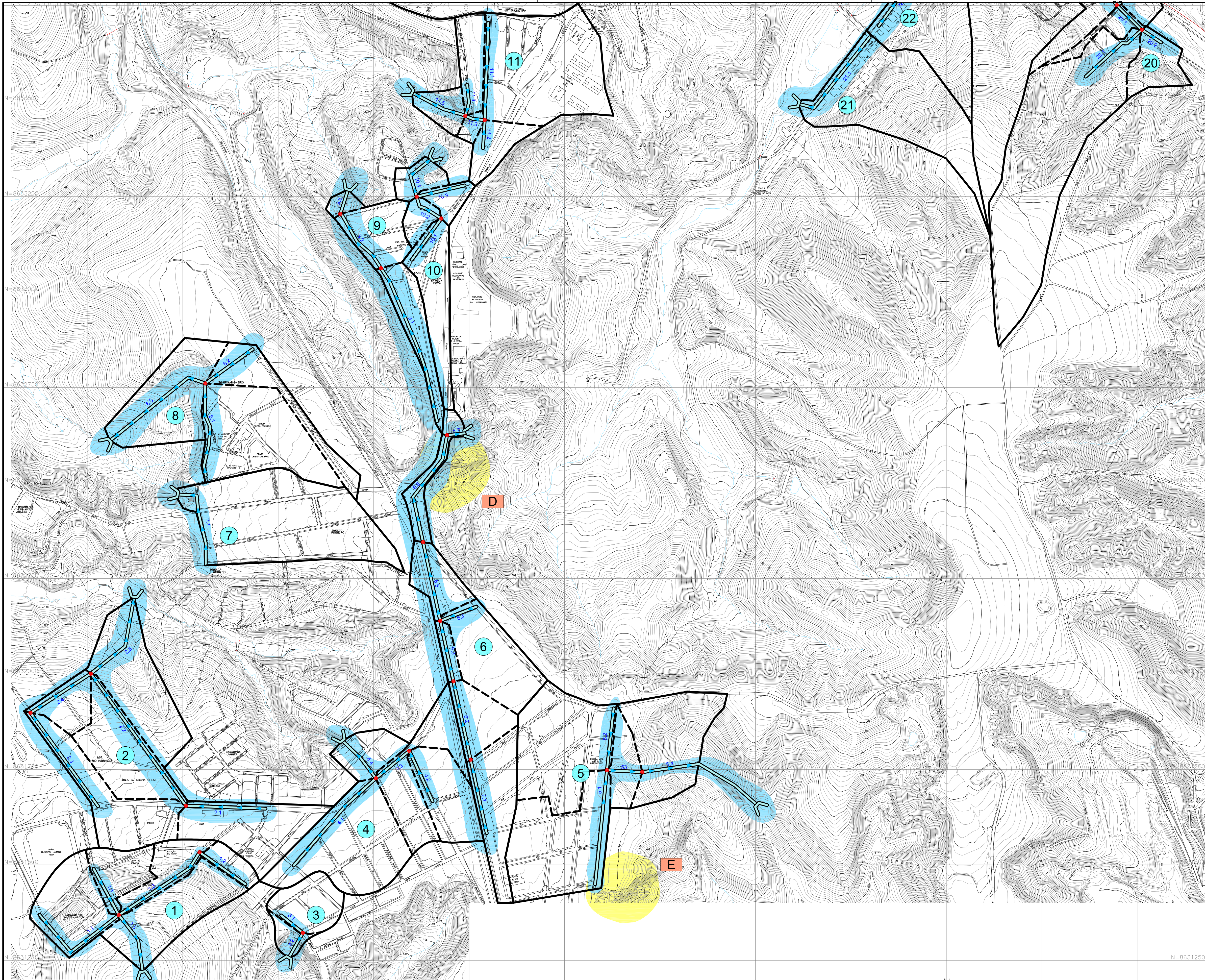
1/5.000

FOLHA

01/02

NÚMERO

DE.1121.00–DRE–08–1–002



LEGENDA

Limite de bacia hidrográfica

Limite de sub-bacia hidrográfica

Trecho de canal existente

Trecho de canal proposto

Setor suscetível a alagamentos (intervenções de micro drenagem)

Setor suscetível a alagamentos (não cadastrado em campo)

Indicação das bacias de retenção propostas

1

Identificação dos canais projetados

A

Identificação das áreas críticas

ARRANJO

1

2

CARACTERÍSTICAS DOS CANAIS PROJETADOS

Canal	Trecho	Área (ha)	Vazão (m³/s)	Base (m)	Altura (m)	Declividade	Extensão (m)
1	1.1	3.57	1.22	0,90	0,60	0,0132	290,00
	1.2	0,86	0,32	0,60	0,40	0,0233	150,00
	1.3	2,71	1,03	0,90	0,60	0,0149	270,00
	1.4	1,96	0,74	0,80	0,50	0,0187	140,00
	1.5	12,85	4,21	1,40	1,10	0,0059	180,00
2	2.1	4,52	1,55	0,90	0,70	0,0110	210,00
	2.2	8,79	2,78	1,30	0,90	0,0076	430,00
	2.3	4,36	1,49	0,90	0,70	0,0110	300,00
	2.4	5,94	1,96	1,00	0,80	0,0095	190,00
	2.5	19,95	6,04	1,60	1,30	0,0046	240,00
3	3.1	2,19	0,75	0,90	0,70	0,0029	70,00
	3.2	2,80	0,93	0,90	0,70	0,0050	80,00
	4.1	6,44	1,86	1,20	0,80	0,0058	310,00
	4.2	1,91	0,68	0,70	0,50	0,0194	150,00
	4.3	5,73	2,19	1,30	0,90	0,0045	110,00
4	4.4	13,84	3,88	1,40	1,00	0,0062	130,00
	5.1	6,57	2,48	1,20	0,80	0,0082	100,00
	5.2	6,39	2,19	1,00	0,80	0,0091	160,00
	5.3	14,46	5,52	1,60	1,20	0,0049	90,00
	5.4	19,60	7,47	1,80	1,45	0,0040	150,00
5	6.1	3,55	1,22	0,90	0,60	0,0132	200,00
	6.2	5,86	1,86	1,00	0,80	0,0090	210,00
	6.3	6,23	1,99	1,00	0,80	0,0090	160,00
	6.4	4,20	1,21	0,90	0,60	0,0132	100,00
	6.5	12,30	3,43	1,30	1,00	0,0065	210,00
6	6.6	13,38	3,55	1,30	1,00	0,0065	310,00
	6.7	13,71	3,61	1,30	1,00	0,0065	50,00
	7.1	10,27	2,55	1,20	0,80	0,0081	230,00
	8.1	6,47	1,60	1,00	0,70	0,0110	250,00
	8.2	2,55	0,87	0,80	0,50	0,0140	150,00
7	8.3	14,08	3,34	1,30	1,00	0,0062	310,00
	9.1	2,27	0,86	0,80	0,50	0,0140	430,00
	9.2	4,59	1,75	1,20	0,60	0,0105	180,00
	9.3	6,10	2,08	1,30	0,90	0,0070	70,00
	10.1	3,10	0,89	0,80	0,60	0,0069	130,00
8	10.2	3,88	1,10	0,90	0,60	0,0142	90,00
	10.3	0,83	0,31	0,60	0,45	0,0054	130,00
	10.4	5,74	1,59	1,00	0,70	0,0110	130,00
	11.1	8,59	2,13	1,10	0,80	0,0090	260,00
	11.2	1,50	0,57	0,60	0,40	0,0220	70,00
9	11.3	8,96	2,21	1,10	0,80	0,0088	90,00
	11.4	1,67	0,63	0,60	0,50	0,0205	80,00
	11.5	13,24	3,19	1,30	0,95	0,0070	150,00
	20.1	13,54	2,95	1,30	0,90	0,0070	200,00
	20.2	1,81	0,62	0,90	0,70	0,0020	60,00
10	20.3	14,41	3,11	1,30	0,90	0,0070	90,00
	20.4	1,72	0,59	0,70	0,50	0,0175	40,00
	20.5	19,52	4,09	1,40	1,10	0,0056	250,00
	21.1	8,65	2,49	1,20	0,80	0,0080	280,00
	22.1	6,93	2,37	1,20	0,80	0,0080	230,00

CARACTERÍSTICAS DAS ÁREAS CRÍTICAS

Área crítica	Nome da área	Identificação da área	Frequência dos alagamentos	Pessoas afetadas	Invasões de casas?	Interrompe o tráfego?	Prejuízo material	Risco de vida humana
A	Rua Agrícola Ramos com Rua Paulino César	1	Mais de um por ano	Somente moradores do local	Muitas casas	Por mais de um turno	Médio	Não há
B	Rua Armando Ferreira com Rua Paraná	2	Mais de um por ano	Pouco mais que moradores do local	Não	Até um turno	Baixo	Não há
C	Rua do colégio com Rua São João	3	Mais de um por ano	Pouco mais que moradores do local	Muitas casas	-	Alto	Não há
D	Rua Simões Filho	4	-	-	-	-	-	-
E	Bairro Planalto II - Rua dos Lirios	5	-	-	-	-	-	-
F	Loteamento Eco Água Grande	6	-	-	-	-	Baixo	Baixo
G	Loteamento Boa Vista	7	-	-	-	-	Baixo	Baixo

NOTA:
AS ÁREAS CRÍTICAS 6 E 7 ENCONTRAM-SE ALÉM DO LIMITE APRESENTADO NESTE DESENHO.

Governo do Estado da Bahia
Secretaria de Desenvolvimento Urbano

PEMPES
PLANO ESTADUAL DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS E ESGOTO SANITÁRIO

ÁREA	RDS 18 – AGRESTE DE ALAGOINHAS		
MUNICÍPIO	CATU		
TÍTULO	DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE DRENAGEM E PROPOSIÇÃO DE SOLUÇÕES		
DATA	ESCALA	FOLHA	NÚMERO
MAR/11	1/5.000	02/02	DE.1121.00–DRE–08–1–003